

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “CCRO3”.

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 2.438,28 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,70 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador – Lauro de Freitas), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Smm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos) e Quiport, Aeris e CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- Smm – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Smm)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos) (Anteriormente AG Concesiones y Participaciones S.L.U. – AG Concesiones)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions) (Anteriormente AG Concessions Inc)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations) (Anteriormente AGC Participations Inc)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. – Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP – Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports) (anteriormente AGC Airports), sua controlada em conjunto, Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Confins)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España Emprendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Ícaros Development Corporation S.A. (Ícaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport).

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto, Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Emprendimientos S.A. (CCR Costa Rica) (anteriormente AGC Holding), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada Actua Assessoria

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)

Concessões do Grupo CCR

Veja a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra (NovaDutra): Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBAn (AutoBAn): Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos (ViaLagos): Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011,

foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até janeiro de 2037;

CCR Ponte (Ponte): Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte (RodoNorte): Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste (ViaOeste): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste): Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 98,5714% do capital social da concessionária.

CCR SPVias (SPVias): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027.

Renovias: Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC detém 40% do capital social da concessionária.

ViaQuatro: Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco estações na fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A primeira fase do projeto já está concluída com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR detém 58% do capital social dessa concessionária.

A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens, sistemas (sinalização, comunicação e controle) e pela operação e manutenção e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Controlar: A concessão contempla a implantação de centros de inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, registrados no município de São Paulo. A CPC detém, desde 2009, 45% do capital social total da concessionária, correspondente a 50% das ações ordinárias. Em 31 de janeiro de 2014, a concessionária encerrou suas atividades (vide nota explicativa 15c).

CCR Barcas (Barcas) e ATP: A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023. Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter 80% do capital social dessa concessionária.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

Aeroporto Internacional de Quito, no Equador: Em 25 de maio de 2012, a controlada CPC passou a deter indiretamente, aproximadamente 45,49% das ações da Quiport, com a aquisição de 100% do capital social da CCR España Emprendimientos.

A CCR España Emprendimientos é uma empresa com sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha, que têm por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. A empresa detém participação direta de 45,5% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,93762% no capital social da Ícaros, sendo que estas detêm 100% do capital social da Quiport.

A Quiport Holdings e a Ícaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NQIA estava previsto para outubro de 2012, no entanto, referido prazo foi prorrogado para fevereiro de 2013 por solicitação das autoridades governamentais do Equador.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, 45,5% da FTZ e 100% da Alba Participations, sendo que as duas últimas não possuem operações. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas juntamente com a CCR España Emprendimientos, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador.

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da CCR Costa Rica. A CCR Costa Rica detém participação direta de 48,767% na Aeropuertos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A CCR Costa Rica, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até maio de 2026.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da Green Airports, a qual detém participação de 50% na IBSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

A Green Airports, a IBSA BVI e a IBSA Finance têm como objeto social a participação em outras sociedades.

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI.

Com a aquisição acima, a CCR Espanha passou a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

ViaRio: Em 26 de abril de 2012, a ViaRio assinou o contrato de concessão para a outorga, mediante concessão, dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica. A construção da ligação faz parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016, que será realizada no Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e a via concedida terá extensão de 13 quilômetros, ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. A via terá início na Avenida Brasil, estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. A concessão tem prazo estimado de 4 anos para construção da via. A CCR detém 33,33% do capital social dessa concessionária.

Em 21 de junho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a mudança da razão social da investida para Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio).

Metrô Bahia: Em 15 de outubro de 2013, a Metrô Bahia assinou contrato para a exploração de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão que tem prazo de 30 anos e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 100% do capital social dessa Concessionária.

VLT Carioca: Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias. A Actua Assessoria detém 24,4375% do capital social dessa concessionária.

Aeroporto Tancredo Neves (Confinis): O consórcio Aero Brasil, formado pelo Grupo CCR, com 75% de participação, e os operadores aeroportuários internacionais Flughafen München GmbH e Flughafen Zürich AG, com 25%, conjuntamente, apresentou a melhor proposta no leilão de concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confinis. Confinis é um dos principais aeroportos em operação no País, com um total de 8,3 milhões de passageiros transportados de janeiro a outubro de 2013, segundo dados apresentados no Movimento Operacional da Rede Infraero. O prazo de concessão é de 30 anos. A CPC deterá 38,25% da concessionária que operará o referido aeroporto.

MSVia: Em 20 de dezembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (lote 6). Com essa conquista, a empresa ficará responsável por mais 847,2 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo a divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, na divisa com o Estado do Mato Grosso. O início das operações está previsto para março de 2014 e o prazo de concessão é de 30 anos.

Outras empresas do Grupo CCR

CPC: Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a Actua Assessoria detém 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

STP e suas controladas: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, utilizados atualmente por cerca de 4,3 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de identificação automática de veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em 51 concessionárias de rodovias e em 185 estacionamentos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em 3 de outubro de 2013, foi concretizada a venda da participação societária de 10% das ações representativas do capital social da STP, pelo valor total de R\$ 250.000, sendo que a CCR vendeu ações representativas do capital social, de sua titularidade, correspondentes a 4,01280%, pelo valor de R\$100.320. Após a venda, a CCR passou a deter 34,2372% do capital social da empresa. Anteriormente, a participação era de 38,25%.

Actua Assessoria, Parques e Inovap 5: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, Samm e CPCSP.

CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, no México e nos Estados Unidos da América, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens metropolitanos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. A CCR detém, direta e indiretamente, por meio da CPC, 100% do capital social da empresa.

Sam: Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô.

CPCSP: Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

CCR Espanha: A empresa, que tem sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha, tem por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CPC detém 100% do capital social da empresa, a qual foi constituída em 24 de fevereiro de 2012.

MTH: A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação e o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR Espanha detém 100% do capital social da MTH, a qual foi constituída em 6 de setembro de 2012.

CCR – USA LLC: Em 9 de março de 2012, foram encerradas as atividades da empresa.

Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e, receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção de parte dos bens da Barcas. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e nas consolidadas.

a) Base de consolidação

- Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

- Controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) e coligadas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

- Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2013	2012
Controladas		
NovaDutra (b)	100,00	100,00
AutoBAAn (b)	100,00	100,00
ViaLagos (b)	100,00	100,00
Ponte (b)	100,00	100,00
RodoNorte	85,92	85,92
ViaOeste	100,00	100,00
CPC (a) (b) (c)	100,00	100,00
RodoAnel Oeste	98,5714	98,5714
Parques	85,92	85,92
Actua Assessoria (b)	100,00	100,00
Samm	100,00	100,00
CPCSP (b)	100,00	100,00
CCR México	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
ViaQuatro	58,00	58,00
STP	34,2372	38,25
ViaRio	33,33	33,33

(a) Detém 40% da Renovias, 45% da Controlar e 45,5% da FTZ, sob a forma de controle em conjunto, além de deter 100% da SPVias, da Inovap 5, da CCR España, da CCR España Emprendimientos, da Alba Concessions, da Alba Participations e da Green Airports.

(b) Estes percentuais referem-se à participação direta e indireta da CCR.

(c) Detém aproximadamente, 45,49% do Aeroporto Internacional de Quito, 48,75% do Aeroporto Internacional de San Jose e 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao, indiretamente, através da CCR España e da CCR España Emprendimientos.

O Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI) foi considerado como uma extensão das atividades da Companhia e está sendo apresentado na proporção de 87% (99% no consolidado), de seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da Companhia (controladora).

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Eliminação dos gastos pré-operacionais e suas respectivas amortizações; e
- As participações dos acionistas não controladores da RodoNorte, da Parques, do RodoAnel Oeste, da Barcas e da CAI, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

- Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas, coligadas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de serviços

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, ponte, metrô, aeroporto e barcas. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia

documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 29 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 17.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “u”.

j) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

n) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

o) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

p) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas para o cálculo atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

q) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

t) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

u) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

v) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

w) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item “a” desta nota explicativa.

x) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

y) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado. Os pronunciamentos acima foram editados pelo CPC, aprovados pela CVM e aplicados pela Companhia a partir de janeiro de 2013.

A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, em conjunto com os novos requerimentos e divulgações.

Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e às demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício.

Vide nota explicativa nº 15 - Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Além da aplicação dos novos pronunciamentos acima mencionados, foram efetuadas reclassificações de saldos nos balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2012, controladora e consolidado, para fins de melhor comparabilidade das demonstrações financeiras. As reclassificações referem-se a: (i) transferências de

mútuos a receber do ativo circulante para o não circulante, nos montantes de R\$ 62.374 e R\$ 26.197, na controladora e no consolidado, respectivamente e; (ii) transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o passivo não circulante, nos montantes de R\$ 5.988 e R\$ 564.493, na controladora e no consolidado, respectivamente, com a finalidade de demonstrar os ativos e passivos fiscais diferidos pelo saldo líquido. As reclassificações no consolidado estão apresentadas nas demonstrações financeiras a seguir, assim como os ajustes de novos pronunciamentos mencionados anteriormente.

Balanço patrimonial

	2012			1º/01/2012		
	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Ajustes) / (Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	872.491	(274.237)	598.254	763.331	(87.175)	676.156
Conta reserva	9.765	(9.765)	-	4	-	4
Contas a receber	279.843	(248.564)	31.279	240.865	(217.766)	23.099
Contas a receber - partes relacionadas	167.230	97.717	264.947	163.199	119.707	282.906
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	26.197	(26.197)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	614	-	614	612	-	612
Impostos a recuperar	71.476	(2.393)	69.083	39.970	(1.456)	38.514
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	82.126	(94)	82.032	82.873	(93)	82.780
Contas a receber com operações de derivativos	48.441	(647)	47.794	20.503	-	20.503
Despesas antecipadas e outras	71.698	(46.093)	25.605	43.185	(13.024)	30.161
Total do ativo circulante	1.603.684	(484.076)	1.119.608	1.380.739	(226.004)	1.154.735
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva	667	-	667	634	-	634
Contas a receber	19.732	-	19.732	5.491	(5.491)	-
Mútuos - partes relacionadas	149.159	138.484	287.643	4.476	26.197	30.673
Impostos a recuperar	135.055	-	135.055	149.838	(4.266)	145.572
Impostos diferidos	440.149	(18.711)	421.438	878.214	(590.342)	287.872
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	2.568.207	(14.914)	2.553.293	2.515.717	(12.154)	2.503.563
Contas a receber com operações de derivativos	13.244	(4.808)	8.436	13.186	(2.789)	10.397
Despesas antecipadas e outras	32.957	(3.345)	29.612	17.662	(563)	17.099
	3.359.170	96.706	3.455.876	3.585.218	(589.408)	2.995.810
Investimentos	-	676.506	676.506	-	405.325	405.325
Imobilizado	560.906	(86.862)	474.044	431.073	(80.738)	350.335
Intangível	8.782.066	(1.796.849)	6.985.217	7.454.336	(764.279)	6.690.057
Total do ativo não circulante	12.702.142	(1.110.499)	11.591.643	11.470.627	(1.029.100)	10.441.527
Total do ativo	14.305.826	(1.594.575)	12.711.251	12.851.366	(1.255.104)	11.596.262

	2012			1º/01/2012		
	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Ajustes) / (Reclassificações)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	492.759	(100.363)	392.396	128.946	(15.549)	113.397
Debêntures e notas promissórias	2.026.988	(18.084)	2.008.904	1.753.524	(18.039)	1.735.485
Contas a pagar com operações de derivativos	326	(326)	-	217	(217)	-
Fornecedores	365.314	(206.511)	158.803	335.064	(174.390)	160.674
Impostos e contribuições a recolher	284.110	(16.939)	267.171	137.909	(10.922)	126.987
Impostos e contribuições parcelados	50.394	(614)	49.780	46.830	(561)	46.269
Obrigações sociais e trabalhistas	139.538	(25.304)	114.234	95.248	(15.375)	79.873
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	40.953	(7.335)	33.618	37.990	(2)	37.988
Mútuos - partes relacionadas	30.858	(26.724)	4.134	24.117	(24.117)	-
Plano de incentivo - partes relacionadas	14.976	-	14.976	6.736	-	6.736
Dividendos e juros sobre o capital próprio	257	-	257	124	-	124
Provisão de manutenção	147.912	(4.367)	143.545	222.821	(7.628)	215.193
Obrigações com o poder concedente	48.368	(19.510)	28.858	30.433	(1.602)	28.831
Outras contas a pagar	100.938	(10.738)	90.200	92.112	(10.720)	81.392
Total do passivo circulante	3.743.691	(436.815)	3.306.876	2.912.071	(279.122)	2.632.949
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	923.835	(745.925)	177.910	968.238	(354.530)	613.708
Debêntures e notas promissórias	4.710.832	(19.642)	4.691.190	4.097.167	(37.726)	4.059.441
Contas a pagar com operações de derivativos	1.599	(1.599)	-	1.005	(1.005)	-
Impostos e contribuições a recolher	36.994	-	36.994	-	-	-
Impostos e contribuições parcelados	450.768	(2.674)	448.094	462.402	(3.016)	459.386
Impostos diferidos	218.599	(10.491)	208.108	732.598	(564.493)	168.105
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	25.713	-	25.713	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	60.750	(3.678)	57.072	20.431	(2.835)	17.596
Provisão de manutenção	209.403	(7.572)	201.831	203.423	(10.308)	193.115
Provisão para passivo a descoberto	-	212	212	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	6.862	-	6.862	29.163	-	29.163
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	1.916	-	1.916	1.916	-	1.916
Mútuos - partes relacionadas	162.979	(108.215)	54.764	45.437	-	45.437
Plano de incentivo - partes relacionadas	12.829	-	12.829	10.667	-	10.667
Outras contas a pagar	376.724	(258.176)	118.548	152.633	(2.069)	150.564
Total do passivo não circulante	7.199.803	(1.157.760)	6.042.043	6.725.080	(975.982)	5.749.098
Patrimônio líquido						
Capital social	2.025.342	-	2.025.342	2.025.342	-	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial	324	-	324	(3.028)	-	(3.028)
Reservas de lucros	1.205.369	-	1.205.369	1.082.277	-	1.082.277
Ágio em transação de capital	(22.934)	-	(22.934)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	100.775	-	100.775	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos controladores	3.308.876	-	3.308.876	3.205.366	-	3.205.366
Participações de acionistas não controladores	53.456	-	53.456	8.849	-	8.849
	3.362.332	-	3.362.332	3.214.215	-	3.214.215
Total do passivo e patrimônio líquido	14.305.826	(1.594.575)	12.711.251	12.851.366	(1.255.104)	11.596.262

Demonstração do resultado

	2012		
	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	5.767.698	(644.146)	5.123.552
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção	(570.992)	106.401	(464.591)
Serviços	(453.840)	7.690	(446.150)
Custo da outorga	(361.672)	12.811	(348.861)
Depreciação e amortização	(426.737)	44.037	(382.700)
Custo com pessoal	(344.760)	84.710	(260.050)
Provisão de manutenção	(152.053)	2.971	(149.082)
Materiais, equipamentos e veículos	(66.007)	3.989	(62.018)
Outros	(149.319)	30.056	(119.263)
	<u>(2.525.380)</u>	<u>292.665</u>	<u>(2.232.715)</u>
Lucro bruto	3.242.318	(351.481)	2.890.837
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal	(222.217)	21.414	(200.803)
Serviços	(213.739)	69.711	(144.028)
Materiais, equipamentos e veículos	(16.330)	5.321	(11.009)
Depreciação e amortização	(113.525)	43.747	(69.778)
Outros	(183.103)	31.557	(151.546)
	<u>(748.914)</u>	<u>171.750</u>	<u>(577.164)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	-	87.055	87.055
Outras receitas operacionais	14.006	(116)	13.890
Outras despesas operacionais	<u>(9.974)</u>	<u>876</u>	<u>(9.098)</u>
Resultado antes do resultado financeiro	2.497.436	(91.916)	2.405.520
Despesas financeiras	(936.991)	90.675	(846.316)
Receitas financeiras	<u>265.883</u>	<u>(53.319)</u>	<u>212.564</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	1.826.328	(54.560)	1.771.768
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(669.430)	45.541	(623.889)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	<u>35.475</u>	<u>9.019</u>	<u>44.494</u>
Lucro líquido do exercício	1.192.373	-	1.192.373
Atribuível a:			
Acionistas da controladora	1.177.284	-	1.177.284
Acionistas não controladores	<u>15.089</u>	<u>-</u>	<u>15.089</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	<u>0,66679</u>	<u>-</u>	<u>0,66679</u>

Demonstração dos fluxos de caixa

	2012		
	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	1.192.373	-	1.192.373
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.242)	16.748	(44.494)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	82.034	-	82.034
Depreciação e amortização	456.143	(59.463)	396.680
Baixa do ativo imobilizado e intangível	15.507	(5.290)	10.217
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	84.119	(28.321)	55.798
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	47.966	(31.970)	15.996
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	5.179	-	5.179
Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrend	659.827	(22.800)	637.027
Capitalização de custo de empréstimos	(45.561)	5.941	(39.620)
Resultado de operações com derivativos e <i>fair value option</i>	(20.218)	5.363	(14.855)
Constituição da provisão de manutenção	152.102	(3.020)	149.082
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	48.673	713	49.386
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(1.272)	8.638	7.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.640	(9.943)	(303)
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	549	(7.525)	(6.976)
Juros sobre impostos parcelados	34.694	(285)	34.409
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	(3.162)	3.162	-
Equivalência patrimonial	-	(87.055)	(87.055)
	1.464.978	(215.107)	1.249.871
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber	(32.057)	22.224	(9.833)
Contas a receber - partes relacionadas	280.659	(292.262)	(11.603)
Impostos a recuperar	(16.339)	(3.329)	(19.668)
Dividendos e juros s/ capital próprio a recebidos	-	75.573	75.573
Dividendos e juros s/ capital próprio a receber	(2)	-	(2)
Pagamentos antecipados relacionados a concessão	(133.777)	2.761	(131.016)
Despesas antecipadas e outras	(16.630)	29.327	12.697
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14.331	(20.060)	(5.729)
Fornecedores - partes relacionadas	(277.821)	268.390	(9.431)
Obrigações sociais e trabalhistas	37.069	(9.929)	27.140
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	774.994	(31.189)	743.805
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(654.456)	-	(654.456)
Realização da provisão de manutenção	(269.704)	8.304	(261.400)
Obrigações com o poder concedente	13.500	(17.908)	(4.408)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	(9.481)	(9.481)
Outras contas a pagar	(3.665)	(22.331)	(25.996)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.373.453	(215.017)	2.158.436
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Baixa de adiantamentos	(2.922)	2.922	-
Mútuos com partes relacionadas:			
Recebimentos	-	483	483
Pagamento pela compra de Quiport, líquido do caixa adquirido	(188.398)	(96.834)	(285.232)
Pagamento pela compra de Aeris, líquido do caixa adquirido	(68.927)	(29.664)	(98.591)
Pagamento pela compra de Barcas, líquido do caixa adquirido	(73.741)	2.663	(71.078)
Pagamento pela compra de Curação, líquido do caixa adquirido	(53.725)	(5.022)	(58.747)
Aquisição de ativo imobilizado	(215.783)	26.714	(189.069)
Adições ao ativo intangível	(535.176)	78.484	(456.692)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	(20.200)	36.899	16.699
Participação dos acionistas não controladores	53.356	(53.356)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.105.516)	(36.711)	(1.142.227)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Resgates / aplicações (conta reserva)	(9.794)	9.765	(29)
Liquidação de operações com derivativos	(7.595)	425	(7.170)
Mútuos com partes relacionadas:			
Captações	6.722	-	6.722
Pagamentos	(1.507)	(17)	(1.524)
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil			
Captações	3.620.132	(12.964)	3.607.168
Pagamentos de principal	(2.944.319)	33.720	(2.910.599)
Pagamentos de juros	(744.519)	33.737	(710.782)
Dividendos pagos a acionistas controladores	(1.077.897)	23.838	(1.054.059)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	-	(23.838)	(23.838)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(1.158.777)	64.666	(1.094.111)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	109.160	(187.062)	(77.902)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	763.331	(87.175)	676.156
No final do exercício	872.491	(274.237)	598.254
	109.160	(187.062)	(77.902)

Demonstração do valor adicionado

	2012		
	(Emitido anteriormente)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Receitas			
Receitas de pedágio	5.060.150	(127.953)	4.932.197
Receitas de construção	570.992	(106.401)	464.591
Outras receitas	628.215	(456.341)	171.874
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção	(570.992)	106.401	(464.591)
Provisão de manutenção	(152.053)	2.971	(149.082)
Custos dos serviços prestados	(641.188)	35.190	(605.998)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(407.268)	100.567	(306.701)
Valor adicionado bruto	<u>4.487.856</u>	<u>(445.566)</u>	<u>4.042.290</u>
Depreciação e amortização	(540.262)	87.784	(452.478)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>3.947.594</u>	<u>(357.782)</u>	<u>3.589.812</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	-	87.055	87.055
Receitas financeiras	265.883	(53.319)	212.564
Valor adicionado total a distribuir	<u>4.213.477</u>	<u>(324.046)</u>	<u>3.889.431</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta	386.006	(70.419)	315.587
Benefícios	83.796	(14.781)	69.015
FGTS	20.559	(4.833)	15.726
Outros	6.636	(1.644)	4.992
Tributos			
Federais	933.929	(101.534)	832.395
Estaduais	1.145	53	1.198
Municipais	277.819	(18.831)	258.988
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	924.258	(90.108)	834.150
Aluguéis	25.284	(9.138)	16.146
Outorga	361.672	(12.811)	348.861
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	500.000	-	500.000
Lucros retidos do exercício	677.284	-	677.284
Participação dos não controladores	15.089	-	15.089
	<u>4.213.477</u>	<u>(324.046)</u>	<u>3.889.431</u>

3. Aquisição de controlada

Em 12 de junho de 2013, a CCR España, adquiriu participação adicional de 39% do capital social da CAP, passando a deter, direta e indiretamente, 79,8% do capital social da investida, conforme nota explicativa nº 1. Com a aquisição de participação adicional, a Companhia, através de suas controladas, passou a deter o controle da investida.

A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas e os valores justos iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 12 de junho de 2013:

	Aeroporto Internacional de Curaçao
Contraprestação transferida	
Caixa	86.165
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	18.367
Contas a receber de clientes	7.703
Contas a receber - partes relacionadas	665
Despesas antecipadas e outros	4.131
Intangível	98.080
Empréstimos e financiamentos	(48.208)
Fornecedores e outras contas a pagar	(17.888)
Fornecedores - partes relacionadas	(664)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(12.257)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>49.929</u>

Os ativos e passivos das empresas adquiridas estão demonstrados pelos seus valores justos.

Direito da Concessão gerado na aquisição de negócio

A alocação do preço de compra está demonstrada abaixo:

Participação de minoritários	10.085
Valor justo da contraprestação transferida em junho de 2013	34.004
Valor justo da contraprestação transferida em outubro de 2012	<u>32.927</u>
Valor total da contraprestação transferida	77.016
Valor justo total líquido de ativos identificáveis, excluindo o direito de concessão	<u>(49.929)</u>
Total do direito de concessão gerado na aquisição	<u>27.087</u>

O direito de concessão gerado na aquisição será amortizado durante o prazo de concessão da CAP, até abril de 2033.

Para determinação do valor justo do direito de explorar a concessão, a Companhia utilizou os conceitos do CPC 15(R1) sobre aquisição em estágios (*step acquisition*).

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, a Administração estimou que a receita consolidada seria acrescida em aproximadamente R\$ 35.342 e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, teria sido aumentado em aproximadamente R\$ 3.701.

Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

4. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e o BRGAAP e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido

	2013	2012
Patrimônio líquido da controladora	3.475.447	3.359.725
Baixa do ativo diferido	(161.588)	(180.293)
Reversão da amortização do ativo diferido	122.159	129.444
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora - consolidado	<u>3.436.018</u>	<u>3.308.876</u>

Ajustes no resultado do exercício

	2013	2012
Resultado do exercício da controladora	1.339.571	1.165.874
Reversão da amortização do ativo diferido	11.420	11.410
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas da controladora)	<u>1.350.991</u>	<u>1.177.284</u>

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 9 Provisão para devedores duvidosos
- 11b Impostos diferidos
- 16 Depreciação do ativo imobilizado
- 17 Amortização dos ativos intangíveis
- 20 Pagamento baseado em ações
- 23 Provisão para riscos – consolidado
- 24 Classificação de arrendamento mercantil
- 25 Provisão de manutenção
- 29 Instrumentos financeiros

5. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, NDF (*non deliverable forward*) e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e NDF

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de moeda com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black-Scholes para precificação de opções cambiais.

- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se da fórmula Black-Scholes-Merton. Os *inputs* de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor (UVV) na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

6. Segmentos operacionais

As informações por segmento são apresentadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em cinco segmentos operacionais principais: Concessões rodoviárias, de transporte de passageiros, de transporte marítimo, aeroportuárias e serviços/*holding*.

Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste, Renovias, ViaRio e MSVia.
- Concessão de transporte de passageiros: Metrô Bahia, ViaQuatro e VLT Carioca.
- Concessão de transporte marítimo: Barcas e ATP.
- Concessões Aeroportuárias: Confins, Quiport, Aeris e CAP, e todas as empresas relacionadas a estas concessões.
- Serviços/*holdings*: a Companhia, as sub-holdings CPC e CCR España e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos.

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir, estão apresentadas as informações por segmento:

	Concessões rodoviárias	Concessão de transporte passageiros	Serviços/ Holdings	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2013						
Receitas brutas	6.232.431	4.934	18.541	66.126	175.998	6.498.030
Receitas brutas entre segmentos	-	-	9.868	-	-	9.868
Receitas financeiras	161.965	18.159	49.716	11.849	3.904	245.593
Despesas financeiras	(732.500)	(11.741)	(117.586)	(2.620)	(14.110)	(878.557)
Depreciação e amortização	(496.554)	-	(43.230)	(7.399)	(17.930)	(565.113)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.406.974	1.311	(37.543)	51.838	(54.696)	1.367.884
Imposto de renda e contribuição social	(708.801)	(667)	(14.619)	(83)	-	(724.170)
Resultado de equivalência patrimonial	28.874	41.534	(53.946)	36.353	-	52.815
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.659.342	303.205	1.100.691	649.935	319.837	14.033.010
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	212.989	90.404	49.598	230.633	-	583.624
CAPEX	829.264	17.619	101.542	19.486	39.491	1.007.402
Passivos dos segmentos divulgáveis	(8.821.840)	(6.523)	(1.363.000)	(75.047)	(281.059)	(10.547.469)
Informações relativas a 31 de dezembro de 2012						
(Reapresentado)						
Receitas brutas	5.481.228	-	2.282	-	74.150	5.557.660
Receitas brutas entre segmentos	1.826	-	9.176	-	-	11.002
Receitas financeiras	138.789	-	67.645	4.633	1.497	212.564
Despesas financeiras	(771.218)	-	(67.941)	(1)	(7.156)	(846.316)
Depreciação e amortização	(430.571)	-	(13.383)	(292)	(8.232)	(452.478)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.157.437	-	49.375	7.618	(22.057)	1.192.373
Imposto de renda e contribuição social	(573.372)	-	(11.553)	(818)	6.348	(579.395)
Resultado de equivalência patrimonial	24.359	23.513	44.124	(4.941)	-	87.055
Ativos dos segmentos divulgáveis	10.974.696	42.043	1.032.435	386.113	275.964	12.711.251
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	222.425	42.043	173.544	238.282	-	676.294
CAPEX	565.509	-	159.289	9.287	4.712	738.797
Passivos dos segmentos divulgáveis	(8.300.738)	-	(850.063)	(3.961)	(194.157)	(9.348.919)
Informações relativas a 1º de janeiro de 2012						
Ativos dos segmentos divulgáveis	10.512.542	18.530	1.065.190	-	-	11.596.262
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	209.849	18.530	176.946	-	-	405.325
CAPEX	525.621	-	27.995	-	-	553.616
Passivos dos segmentos divulgáveis	(7.954.082)	-	(427.965)	-	-	(8.382.047)

7. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 8, nº 18, nº 19 e nº 32.

As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) e à UMBNDDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2013, a R\$177.711 (R\$ 192.912 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$ 132.907 estão protegidos por contratos de *hedge*.

A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda oficial no Equador.

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 18 e 29.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora		Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	-	-	64.011	193.221	61.053	24.121	13.842
Debêntures e notas promissórias (a)	78.721	720.000	2.274.030	1.405.257	3.228.972	564.104	456.010

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 1.521.384 no consolidado, substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 18 e 19. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados, a exemplo de NovaDutra, RodoNorte, AutoBA, ViaOeste e SPVias. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de suas investidas, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Caixas e bancos	260	89	39.906	31.532	20.255
Aplicações financeiras					
Fundos de investimentos	410.282	243.779	1.225.769	566.722	655.901
	<u>410.542</u>	<u>243.868</u>	<u>1.265.675</u>	<u>598.254</u>	<u>676.156</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,52% do CDI, equivalente a 8,02% ao ano (8,30% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2012).

9. Contas a receber – Consolidado

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> (Reapresentado)	<u>1º/01/2012</u> (Reapresentado)
Recebíveis de aeroportos	12.034	-	-
Receitas acessórias (a)	22.379	15.442	10.392
Pedágio eletrônico (b)	12.235	15.776	13.521
Outros	1.064	2.461	1.072
	<u>47.712</u>	<u>33.679</u>	<u>24.985</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	<u>(3.310)</u>	<u>(2.400)</u>	<u>(1.886)</u>
	<u>44.402</u>	<u>31.279</u>	<u>23.099</u>
Não Circulante			
Poder Concedente - Barcas (c)	23.061	18.181	-
Receitas com multimídia (d)	650	1.551	-
Poder Concedente - ViaOeste (f)	-	-	24.292
Receitas acessórias	2.118	2.118	2.118
	<u>25.829</u>	<u>21.850</u>	<u>26.410</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>	<u>(26.410)</u>
	<u>23.711</u>	<u>19.732</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> (Reapresentado)	<u>1º/01/2012</u> (Reapresentado)
Créditos a vencer	54.840	49.535	22.186
Créditos vencidos até 60 dias	10.336	1.334	871
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2.937	142	42
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1.496	148	105
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.932</u>	<u>4.370</u>	<u>28.191</u>
	<u>73.541</u>	<u>55.529</u>	<u>51.395</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão;
- (d) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros (Samm);
- (e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia; e
- (f) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores

jurídicos entendem que o desfecho favorável à investida é remoto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor foi baixado da respectiva PCLD.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Circulante					
IRPJ e CSLL	29.513	27.428	43.479	36.136	10.557
COFINS	12.422	10.994	12.828	11.359	9.771
IRRF	3.670	6.180	5.695	16.659	13.128
PIS	2.707	2.396	2.794	2.475	2.840
CSLL	-	395	43	1.404	1.088
ISS sobre pedágio	-	-	309	288	262
Outros	42	44	2.785	762	868
	<u>48.354</u>	<u>47.437</u>	<u>67.933</u>	<u>69.083</u>	<u>38.514</u>
Não Circulante					
IRPJ e CSLL	55.294	97.703	55.694	98.149	145.572
IRRF sobre mútuos	41.982	36.906	42.207	36.906	-
	<u>97.276</u>	<u>134.609</u>	<u>97.901</u>	<u>135.055</u>	<u>145.572</u>

Em 16 de agosto, 20 de setembro e 20 de novembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) restituiu o montante de R\$ 36.976 à Controladora (R\$ 40.116 no consolidado) referente a créditos fiscais de anos anteriores.

11. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.361.391	1.181.068	2.092.054	1.771.768
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(462.873)	(401.563)	(711.298)	(602.401)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	448.724	393.314	17.957	29.599
Amortização ágio não incorporado sobre investimentos	-	-	(12.344)	(11.195)
Despesas indedutíveis	(30)	(6.806)	(7.940)	(19.773)
Despesas com brindes e associações de classe	(491)	(455)	(1.843)	(1.442)
Outros ajustes tributários	(7.150)	316	(8.702)	25.817
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.820)	(15.194)	(724.170)	(579.395)
Impostos correntes	(20.956)	(11.856)	(783.237)	(623.889)
Impostos diferidos	(864)	(3.338)	59.067	44.494
	(21.820)	(15.194)	(724.170)	(579.395)
Alíquota efetiva de impostos	1,60%	1,29%	34,62%	32,70%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Bases ativas					
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	4.473	13.441	490.279	445.759	306.419
Custo da transação na emissão de títulos	73	57	1.033	774	1.626
Variação cambial	-	19	1.401	9.330	4.026
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	8.501	2.006	24.095	8.840	270
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	-	-	5.011	4.439	2.239
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.063	3.641	9.127	7.377	5.329
Provisão para comissões sobre empréstimos	-	-	-	-	1.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	3.497	1.364	9.621
Perdas em operações com derivativos	49	-	952	2.256	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	261	-	6.932	5.654	5.247
Plano de incentivo de longo prazo	8.439	9.287	8.439	9.287	6.889
Depreciação de obras registradas no custo (b)	-	-	104.665	94.944	109.262
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	-	-	254.221	248.466	210.680
Constituição da provisão de manutenção (d)	-	-	131.199	117.427	138.825
Outros	588	189	11.538	8.245	4.724
	<u>26.447</u>	<u>28.640</u>	<u>1.052.389</u>	<u>964.162</u>	<u>806.807</u>
Bases passivas					
Amortização linear do Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	-	-	(34.976)	(28.154)	(20.258)
Ajuste valor presente receita antecipada	-	-	(1.972)	-	-
Valor justo de operações de derivativos	(4.296)	(4.170)	(20.861)	(10.979)	(2.463)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(330)	(275)	(6.580)	(5.042)	(1.795)
Ganhos de operações com derivativos	(4.126)	(5.622)	(7.577)	(19.085)	(9.441)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (e)	-	-	(577.510)	(558.663)	(530.320)
Custos de empréstimos capitalizados (f)	-	-	(132.328)	(127.210)	(121.151)
Outros	(22)	(36)	(1.717)	(1.699)	(1.612)
	<u>(8.774)</u>	<u>(10.103)</u>	<u>(783.521)</u>	<u>(750.832)</u>	<u>(687.040)</u>
Ativo diferido líquido	<u>17.673</u>	<u>18.537</u>	<u>498.381</u>	<u>421.438</u>	<u>287.872</u>
Passivo diferido líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(229.513)</u>	<u>(208.108)</u>	<u>(168.105)</u>

- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2014	4.473	18.827
2015	-	5.329
2016	-	7.872
2017	-	10.180
de 2018 em diante	-	448.071
	<u>4.473</u>	<u>490.279</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;

- (d) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "c", conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual - Lei 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07; e
- (g) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07.

A investida CPC não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, no montante de R\$ 85.077, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 28.926.

12. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

	Início da concessão (1)								
	2013	2012	1º/01/2012						
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)						
Circulante									
ViaLagos	430	430	1.178						
AutoBAn	4.727	4.727	4.727						
ViaOeste	3.297	3.297	3.297						
RodoAnel Oeste	73.578	73.578	73.578						
	<u>82.032</u>	<u>82.032</u>	<u>82.780</u>						
	Início da concessão (1)			Extensão do prazo da concessão (2)			Total		
	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	1º/01/2012
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Não Circulante									
ViaLagos	9.501	9.931	9.614	-	-	-	9.501	9.931	9.614
AutoBAn	56.724	61.450	66.178	696.057	573.374	458.928	752.781	634.824	525.106
ViaOeste	26.376	29.673	32.970	100.219	82.336	65.765	126.595	112.009	98.735
RodoAnel Oeste	1.722.951	1.796.529	1.870.108	-	-	-	1.722.951	1.796.529	1.870.108
	<u>1.815.552</u>	<u>1.897.583</u>	<u>1.978.870</u>	<u>796.276</u>	<u>655.710</u>	<u>524.693</u>	<u>2.611.828</u>	<u>2.553.293</u>	<u>2.503.563</u>

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

13. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e 1º de janeiro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

a. Controladora

	Serviços prestados	Receitas	Receitas financeiras
Controladas			
RodoNorte (a)	-	4.753	-
ViaOeste (a)	-	11.037	-
RodoAnel Oeste (a) (b)	-	181	55.241
Ponte (a)	-	3.529	-
NovaDutra (a)	-	17.679	-
ViaLagos (a)	-	2.580	-
AutoBA (a)	-	19.631	-
CPC (a)	198	763	153
SPVias (a) (e)	-	57.452	-
Inovap 5 (e)	-	406	-
Samm (a)	-	607	-
Barcas (a)	-	2.779	-
Metrô Bahia (a)	-	218	-
Controladas em conjunto			
ViaQuatro (a)	-	3.297	2.322
ViaRio (a)	-	299	-
Outras partes relacionadas			
Companhia Operadora de Rodovias (a)	-	659	-
CORI (a)	289	305	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	-	2.602	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (d)	-	-	459
RATP Developpment S.A. (d)	-	-	459
Total, 31 de dezembro de 2013	487	128.777	58.634
Total, 31 de dezembro de 2012	531	149.976	94.311

	2013				
	Saldos				
	Ativo			Passivo	
	Contas a receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Fornecedores, contas a pagar e ILP
Controladas					
RodoNorte (a)	11	-	-	-	-
ViaOeste (a) (f)	16	1.725	-	-	15
RodoAnel Oeste (b) (f)	-	57.000	659.786	-	-
NovaDutra (a)	15	-	-	-	-
AutoBAn (a)	13	-	-	-	50
CPC (f)	-	67.320	-	-	8
SPVias (a)	4.401	-	-	-	11
Inovap 5 (e)	-	-	-	-	1.384
Samm	-	-	-	-	51
CPCSP (f)	-	300	-	-	-
Metrô Bahia (a)	25	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
ViaQuatro (a)	2	-	-	-	-
Controladoras					
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (c)	-	-	-	720	12
Construtora Andrade Gutierrez (c)	-	-	-	720	-
Soares Penido Concessões S.A. (c)	-	-	-	287	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (c)	-	-	-	189	-
Outras partes relacionadas					
Benito Roggio Transporte Ltda. (d)	-	-	3.114	-	-
RATP Developpment S.A. (d)	-	-	3.114	-	-
Plano de incentivo de longo prazo (g)	-	-	-	-	25.982
Total circulante, 31 de dezembro de 2013	4.483	-	-	-	7.587
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013	-	126.345	666.014	1.916	19.926
Total, 31 de dezembro de 2013	4.483	126.345	666.014	1.916	27.513
Total, 31 de dezembro de 2012	12.162	10.372	685.314	1.916	29.391

- (a) Prestação de serviços administrativos;
- (b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2024;
- (c) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (d) Contratos de mútuos remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimento em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (e) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação para investida SPVias;
- (f) Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas; e
- (g) Refere-se ao plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração.

b. Consolidado

2013					
Transações					
	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Controladoras					
Camargo Corrêa S.A. (n)	-	-	-	-	93
Controladas em conjunto					
ViaRio	-	-	299	-	-
Corporación Quiport (h)	-	-	-	3.880	-
ViaQuatro	-	-	6.034	2.324	-
IBSA (k)	-	-	-	7.967	-
Outras partes relacionadas					
Benito Roggio (f)	-	-	-	459	-
CORI (e)	646	-	3	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d) (p)	254.416	-	2.788	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	700	-	-
Encalso Construções Ltda (g)	-	-	-	1.446	6.262
Ratp Developpment S.A. (f)	-	-	-	459	-
SPTA (m)	-	-	-	-	174
Serveng - Cívilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (o)	-	113.750	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2013	255.062	113.750	9.824	16.535	6.529
Total, 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	242.284	28.663	9.045	11.444	4.468

	2013				
	Saldos				
	Ativo		Passivo		
	Contas a Receber	Mutuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores, Contas a Pagar e ILP
Controladoras					
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (a)	-	-	-	2.056	3.091
Camargo Corrêa S.A. (n)	-	-	-	457	1.142
Camargo Corrêa Transportes S.A. (b)	-	-	720	-	12
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (b)	-	-	720	-	-
Controladas em conjunto					
CGMP (c)	291.724	-	-	-	-
Corporación Quiport (h)	-	158.484	-	-	-
Icaros (h)	-	1.106	-	-	-
ADC Management (h)	-	2.056	-	-	-
ViaQuatro	93	-	-	-	206
IBSA (k)	-	90.920	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Auto Viação 1001 Ltda (i)	-	-	-	-	26.169
Benito Roggio (f)	-	3.114	-	-	-
Cesbe	-	-	-	-	97
CORI (e)	-	-	-	-	61
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	20	-	-	-	20.881
Companhia Operadora de Rodovias	6	-	-	-	-
Encalco Construções Ltda (g)	-	-	-	58.865	-
JCA Holding Participacoes Ltda	83	-	-	-	-
J.Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	4.083
Ratp Developpment S.A. (f)	-	3.114	-	-	-
Rodomar Administ e Partic. Ltda.	-	-	-	-	1.598
Inovap 5 Adm. e Partic. Ltda.	180	-	-	-	-
Soares Penido Concessões S.A. (b)	-	-	287	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (b)	-	-	189	-	-
Serveng - Cívilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	19.494
Sit Macae	66	-	-	-	-
SPTA (m)	-	-	-	5.135	-
Plano de incentivo de longo prazo (j)	-	-	-	-	25.982
Total circulante, 31 de dezembro de 2013	292.172	-	-	7.648	55.394
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013	-	258.794	1.916	58.865	47.422
Total, 31 de dezembro de 2013	292.172	258.794	1.916	66.513	102.816
Total circulante, 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	264.947	-	-	4.134	48.594
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	-	287.643	1.916	54.764	38.542
Total, 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	264.947	287.643	1.916	58.898	87.136
Total circulante, 1º de dezembro de 2012 (reapresentado)	282.906	-	-	-	44.724
Total não circulante, 1º de dezembro de 2012 (reapresentado)	-	30.673	1.916	45.437	10.667
Total, 1º de dezembro de 2012 (reapresentado)	282.906	30.673	1.916	45.437	55.391

c. Despesas com profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
1. Remuneração (l):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	12.350	10.499	24.763	20.305
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	20.556	18.165	32.208	30.793
Previdência privada	869	736	1.783	1.487
Seguro de vida	35	30	90	76
2. Plano de incentivo de longo prazo (j)	4.771	14.912	4.771	14.912
	38.581	44.342	63.615	67.573

Na AGO realizada em 18 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 27.000, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido à ratificação na próxima AGO.

d. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (l)	10.525	10.076	17.288	16.433	13.994

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

- (a) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as concessionárias de rodovias no período subsequente;
- (d) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida NovaDutra. Embora tenha sido faturado o valor de R\$ 263.625, somente permaneceu no resultado R\$ 254.416, sendo o restante, no valor de R\$ 9.209, registrado como realização da provisão de manutenção no passivo;
- (e) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida SPVias;
- (f) Contratos de mútuo remunerados pelo IPC + 1% a.m., com vencimentos em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (g) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e a acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024;
- (h) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remuneradas em até 9,36% ao ano, com vencimentos entre 2037 e 2040;
- (i) Refere-se à parcela retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (j) Refere-se ao plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração;

- (k) Refere-se aos contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas, remuneradas a 9,89% ao ano, com vencimentos de principal entre 2018 e 2023;
- (l) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;
- (m) Contratos de mútuo entre a Barcas e seus acionistas, remuneradas em 105% do CDI com vencimento em 14 de abril de 2014;
- (n) Contratos de mútuo entre a CPA e seus acionistas, remuneradas em 100% do CDI com vencimento em 31 de março de 2014;
- (o) Prestação de serviços de obras nas rodovias adicionados ao imobilizado e intangível; e
- (p) Prestação de serviços administrativos.

14. Despesas antecipadas e outras

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Circulante					
Adiantamento a terceiros	38	27	21.303	1.540	2.936
Seguros a apropriar	-	2	13.006	10.922	16.101
Adiantamento de pessoal	1.069	1.188	2.982	3.395	1.857
Benefícios antecipados	398	712	5.993	4.345	3.835
Depósitos judiciais (a)	-	-	168	1.078	915
Materiais em estoque	-	-	2.867	2.260	-
Outros	413	503	6.907	2.065	4.517
	<u>1.918</u>	<u>2.432</u>	<u>53.226</u>	<u>25.605</u>	<u>30.161</u>
Não Circulante					
Depósitos judiciais (a)	42	16	15.021	21.782	15.569
Precatórios a receber (b)	-	-	3.780	3.780	-
Contas a Receber - SEFAZ	-	-	2.643	2.643	-
Seguros a apropriar	-	-	1.292	1.407	1.530
Outros	92	-	1.566	-	-
	<u>134</u>	<u>16</u>	<u>24.302</u>	<u>29.612</u>	<u>17.099</u>

- (a) A Companhia registra os depósitos judiciais como ativos financeiros até o momento da solução das questões às quais estão associados, quando serão resgatados ou liquidados dos passivos;
- (b) Refere-se a créditos de precatórios adquiridos pela Barcas, os quais serão utilizados para compensação do pagamento de parcelamento de ICMS, conforme permitido pela Lei 6.136/11 (Refis Estadual do Rio de Janeiro – 2012).

15. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Em 31 de dezembro de 2013, devido ao encerramento das atividades da controlada em conjunto Controlar, a Companhia baixou o montante de R\$ 69.011, relativo ao saldo do Direito de concessão gerado na aquisição da investida, assim como reduziu o valor do investimento em R\$ 36.703, devido à constituição de provisão para desmobilização e baixa de ativos. O efeito desses registros no resultado da Companhia e no consolidado foi de R\$ 105.714.

a) Investimentos em controladas – Controladora

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			31/12/2013	31/12/2012
Actua Assessoria	Serviços	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
AutoBAn	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
CCR México	Concessão rodoviária	México / EUA	100,00%	100,00%
CPC	Holding	América Latina e Espanha	99,00%	99,00%
CPCSP	Holding	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
Parques	Serviços	Brasil	85,92%	85,92%
Ponte	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
RodoAnel Oeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	98,5714%	98,5714%
RodoNorte	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	85,92%	85,92%
Samm	Serviços	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
ViaOeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%

a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto – Controladora

	Patrimônio líquido das investidas		Investimentos da controladora		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Actua Assessoria	61.434	10.863	61.434	10.863	(618)	72	(618)	72
AutoBAn (a)	670.409	604.366	670.409	604.366	661.043	563.864	661.043	563.864
CCR México (a)	1.275	1.223	1.275	1.223	(102)	(1.658)	(102)	(1.658)
CCR USA	-	-	-	-	-	6	-	6
CPC	1.098.994	1.027.834	1.088.004	1.017.556	(52.236)	8.400	(51.714)	8.316
CPCSP	98	(1.829)	98	(1.827)	(4.899)	(3.647)	(4.894)	(3.643)
NovaDutra (a)	420.541	446.752	420.541	446.752	226.400	229.726	226.400	229.726
Parques	(37)	133	(32)	114	(170)	111	(146)	95
Ponte (a)	43.541	43.245	43.541	43.245	39.333	38.628	39.333	38.628
RodoAnel Oeste	(74.534)	46.232	(73.469)	45.572	(120.766)	(166.477)	(119.041)	(164.099)
RodoNorte	204.376	182.975	175.600	157.214	213.829	189.575	183.722	162.883
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	9.123	10.039	-	-	(916)	(882)
Samm	12.423	30.297	12.411	30.267	(17.874)	(7.859)	(17.856)	(7.851)
STP	150.243	161.365	57.468	61.720	170.162	139.200	65.087	53.244
STP (Ágio)	-	-	3.883	4.362	-	-	-	-
ViaRio	59.412	46.496	19.802	15.497	(5.584)	(2.772)	(1.861)	(924)
ViaLagos (a)	20.696	21.954	20.696	21.954	24.841	29.446	24.841	29.446
ViaOeste	314.648	239.489	314.648	239.489	277.784	231.096	277.784	231.096
ViaQuatro	160.910	94.159	93.328	54.612	66.752	31.872	38.716	18.486
Total de investimento / passivo a descoberto	3.144.429	2.955.554	2.918.760	2.763.018	1.477.895	1.279.583	1.319.778	1.156.805

- (a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto – Controladora

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste acumulado de conversão	Baixa por venda de participação	Saldo final
	2012				2013		
Actua Assessoria	10.863	(618)	50.460	(20)	749	-	61.434
AutoBAAn	604.366	661.043	-	(595.000)	-	-	670.409
CCR México	1.223	(102)	-	-	154	-	1.275
CPC	1.017.556	(51.714)	45.540	-	76.622	-	1.088.004
CPCSP	(1.827)	(4.894)	6.819	-	-	-	98
NovaDutra	446.752	226.400	-	(252.611)	-	-	420.541
Parques	114	(146)	-	-	-	-	(32)
Ponte	43.245	39.333	-	(39.037)	-	-	43.541
RodoAnel Oeste	45.572	(119.041)	-	-	-	-	(73.469)
RodoNorte	157.214	183.722	-	(165.336)	-	-	175.600
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	10.039	(916)	-	-	-	-	9.123
Samm	30.267	(17.856)	-	-	-	-	12.411
STP	61.720	65.087	-	(64.540)	-	(4.799)	57.468
STP (Ágio)	4.362	-	-	-	-	(479)	3.883
ViaRio	15.497	(1.861)	6.166	-	-	-	19.802
ViaLagos	21.954	24.841	-	(26.099)	-	-	20.696
ViaOeste	239.489	277.784	-	(202.625)	-	-	314.648
ViaQuatro	54.612	38.716	-	-	-	-	93.328
Total	2.763.018	1.319.778	108.985	(1.345.268)	77.525	(5.278)	2.918.760

	1º/01/2012				2012		
Actua Assessoria	5.595	72	5.177	-	19	-	10.863
AutoBAAn	450.001	563.864	-	(409.499)	-	-	604.366
CCR México	1.901	(1.658)	846	-	134	-	1.223
CCR USA	(5)	6	-	-	(1)	-	-
CPC	511.912	8.316	494.128	-	3.200	-	1.017.556
CPCSP	(349)	(3.643)	2.165	-	-	-	(1.827)
NovaDutra	419.188	229.726	-	(202.162)	-	-	446.752
Parques	19	95	-	-	-	-	114
Ponte	42.487	38.628	-	(37.870)	-	-	43.245
RodoAnel Oeste	(267.395)	(164.099)	477.066	-	-	-	45.572
RodoNorte	139.862	162.883	-	(145.531)	-	-	157.214
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	10.921	(882)	-	-	-	-	10.039
Samm	12.144	(7.851)	25.974	-	-	-	30.267
STP	52.265	53.244	-	(43.789)	-	-	61.720
STP (Ágio)	4.362	-	-	-	-	-	4.362
ViaRio	-	(924)	16.421	-	-	-	15.497
ViaLagos	21.344	29.446	-	(28.836)	-	-	21.954
ViaOeste	406.942	231.096	-	(398.549)	-	-	239.489
ViaQuatro	36.126	18.486	-	-	-	-	54.612
Total	1.847.320	1.156.805	1.021.777	(1.266.236)	3.352	-	2.763.018

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas – Controladora e Consolidado

	2013				2012			
					(Reapresentado)			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Actua Assessoria	61.659	200	-	(618)	10.925	62	-	72
Alba Concessions	161.676	9.073	-	6.986	135.574	8.833	-	2.102
AutoBAn	3.163.095	2.492.685	2.175.280	661.043	2.738.134	2.133.767	1.811.056	563.865
ATP	2.334	4.059	8.550	(659)	1.020	2.086	4.152	(566)
Barcas	321.308	305.109	170.058	(54.696)	276.953	194.914	69.998	(16.908)
CAI	63.831	5.214	-	(1.302)	-	-	-	-
CAP	131.257	67.427	66.126	(1.250)	-	-	-	-
CARE	2	2.859	-	-	-	-	-	-
CCR Costa Rica	5.289	-	-	639	4.085	-	-	(3.025)
CCR España	142.213	262	-	(395)	68.055	891	-	(7.406)
CCR España Emprendimientos	162.972	14	-	36.301	107.977	12	-	(2.364)
CCR México	1.231	32	-	(102)	1.223	-	-	(1.658)
CPA	65.623	3.303	-	(1.045)	55.896	2.623	-	(127)
CPC	1.586.545	487.575	105.262	(52.236)	1.225.331	197.732	97.685	8.400
CPCSP	933	835	-	(4.899)	1.130	2.959	-	(3.647)
Green Airports	98.261	271	-	7.920	88.616	211	-	2.478
Inovap	2.887	2.886	1.293	(115)	2.837	2.451	1.505	148
Metrô Bahia	212.908	11.597	4.934	1.311	-	-	-	-
MTH	33.382	53	3.366	2.068	10.257	144	-	(294)
NovaDutra	1.629.245	1.208.704	1.319.930	226.400	1.564.585	1.117.833	1.270.416	229.727
Parques	176	214	-	(170)	207	76	-	26
Ponte	65.028	21.488	167.248	39.333	77.913	34.668	154.995	38.629
RodoAnel Oeste	2.587.391	2.661.925	233.085	(120.766)	2.580.380	2.534.148	227.848	(172.300)
RodoNorte	630.279	425.904	649.512	213.829	631.444	448.468	558.140	189.576
Samm	156.552	144.129	18.541	(17.874)	120.068	89.771	2.282	(7.859)
SPVias	1.800.629	1.427.755	641.158	78.637	1.756.566	1.462.329	524.666	39.766
ViaLagos	177.063	156.292	130.994	24.841	133.012	111.058	90.210	29.447
ViaOeste	1.475.813	1.161.164	918.982	277.784	1.356.951	1.117.461	847.942	231.096
Subtotal	14.739.582	10.601.029	6.614.319	1.320.965	12.949.139	9.462.497	5.660.895	1.119.178
Controladora	4.418.256	942.809	128.777	1.339.571	3.973.345	613.620	149.976	1.165.874
Eliminações	(5.124.828)	(996.369)	(235.198)	(1.292.652)	(4.211.233)	(727.198)	(242.209)	(1.092.679)
Consolidado	14.033.010	10.547.469	6.507.898	1.367.884	12.711.251	9.348.919	5.568.662	1.192.373

A CPCSP, Metrô Bahia, ATP, Barcas, Green Airports, CCR España, CCR España Emprendimientos e Alba Concessions são consolidadas na CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR España.

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto – Consolidado

Empreendimentos

controlados em conjunto (1)	Local de constituição e operação	Percentual de participação 2013	2012	Atividade principal
ViaQuatro	Brasil (SP)	58%	58%	Concessão metroviária
Quiport Holdings	Uruguai	45,5%	45,5%	Holding
FTZ	Equador	45,5%	45,5%	Investimentos
Aeropuertos	Costa Rica	48,767%	48,767%	Holding - Aeroportos
Desarrollos	Costa Rica	51%	51%	Holding - Aeroportos
Terminal	Costa Rica	50%	50%	Holding - Aeroportos
IBSA	Ilhas Virgens Britânicas	50%	50%	Holding - Aeroportos
CAI (2)	Curaçao	79,80%	40,80%	Holding - Aeroportos
ViaRio	Brasil (RJ)	33,33%	33,33%	Concessão rodoviária
STP	Brasil	34,2372%	38,25%	Serviços
Renovias	Brasil (SP)	40%	40%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	45%	45%	Serviços

b.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto – Consolidado

	Patrimônio líquido das controladas em conjunto			Investimentos do consolidado			Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	2013	2012
ViaQuatro	147.909	94.159	31.948	85.787	42.043	18.530	75.421	31.872	43.744	23.513
Quiport Holdings	358.536	236.771	-	163.134	107.731	-	79.756	(5.125)	36.289	(2.332)
FTZ	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-
Aeropuertos	4.610	3.562	-	2.248	1.737	-	556	(2.637)	271	(1.286)
Desarrollos	5.684	4.390	-	2.899	2.239	-	688	(3.253)	351	(1.659)
Terminal	282	218	-	141	109	-	34	(160)	17	(80)
IBSA	(542)	(424)	-	(271)	(212)	-	(52)	(108)	(26)	(54)
CAI (2)	-	39.537	-	-	20.164	-	3.675	1.927	1.874	983
ViaRio	59.412	46.496	-	19.802	15.497	-	(5.584)	(2.772)	(1.861)	(924)
STP	182.594	161.365	136.541	57.468	61.720	52.268	175.226	139.391	65.087	53.317
Renovias	114.735	116.515	93.520	45.894	46.608	37.408	109.405	102.270	43.762	40.908
Controlar	(25.551)	54.198	44.580	(11.498)	23.043	20.061	(76.758)	6.627	(34.541)	2.982
VLT Carioca	13.852	-	-	4.617	-	-	(6.121)	-	(2.040)	-
Total	861.521	756.789	306.589	370.221	320.680	128.267	356.246	268.032	152.927	115.368
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	-	213.403	355.614	277.058	-	-	(100.112)	(28.313)
Total de investimento/passivo descoberto	861.521	756.789	306.589	583.624	676.294	405.325	356.246	268.032	52.815	87.055

- (1) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial;
- (2) A partir de 12 de junho de 2013, com a aquisição adicional de 39% do capital social da investida, a mesma passou a ser controlada.

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto – Consolidado

	Saldo inicial	Baixa	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final
	2012						2013
ViaQuatro	42.043	-	43.744	-	-	-	85.787
Quiport Holdings	107.731	-	36.289	-	-	19.114	163.134
FTZ	1	-	-	-	-	(1)	-
Aeropuertos	1.737	-	271	-	-	240	2.248
Desarrollos	2.239	-	351	-	-	309	2.899
Terminal	109	-	17	-	-	15	141
IBSA	(212)	-	(26)	-	-	(33)	(271)
CAI (a)	20.164	(20.373)	1.874	-	-	(1.665)	-
ViaRio	15.497	-	(1.861)	6.166	-	-	19.802
STP	61.720	(4.799)	65.087	-	(64.540)	-	57.468
Renovias	46.608	-	43.762	-	(44.476)	-	45.894
Controlar	23.043	-	(34.541)	-	-	-	(11.498)
VLT Carioca	-	-	(2.040)	6.657	-	-	4.617
Total	320.680	(25.172)	152.927	12.823	(109.016)	17.979	370.221
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio (b)	355.614	(44.056)	(100.112)	-	-	1.957	213.403
Total de investimento / passivo a descoberto	676.294	(69.228)	52.815	12.823	(109.016)	19.936	583.624

	Saldo inicial	Aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final
	1º/01/2012				2012		
ViaQuatro	18.530	-	23.513	-	-	-	42.043
Quiport Holdings	-	109.730	(2.332)	-	-	333	107.731
FTZ	-	1	-	-	-	-	1
Aeropuertos	-	2.997	(1.286)	-	-	26	1.737
Desarrollos	-	3.865	(1.659)	-	-	33	2.239
Terminal	-	188	(80)	-	-	1	109
IBSA	-	(105)	(54)	-	-	(53)	(212)
CAI	-	19.181	983	-	-	-	20.164
ViaRio	-	-	(924)	16.421	-	-	15.497
STP	52.268	-	53.317	-	(43.865)	-	61.720
Renovias	37.408	-	40.908	-	(31.708)	-	46.608
Controlar	20.061	-	2.982	-	-	-	23.043
Total	128.267	135.857	115.368	16.421	(75.573)	340	320.680
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	277.058	106.460	(28.313)	-	-	409	355.614
Total de investimento / passivo a descoberto	405.325	242.317	87.055	16.421	(75.573)	749	676.294

- (a) Baixa de investimento em decorrência da aquisição de controle;
- (b) O valor indicado na coluna “baixa” refere-se à transferência para o ativo intangível, em virtude da aquisição de controle, através da compra de 39% de participação adicional em 12 de junho de 2013 (vide notas explicativas 1, 2 e 17).

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados são proporcionais à participação da Companhia, direta ou indiretamente, nestas investidas.

Balanço patrimonial resumido

2013

	ViaQuatro	Corporación Quiport	Icaros	Quiport Holdings	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	VLT Carioca	Outros investimentos
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	78.656	77.459	-	-	34.065	29	84	43.572	79.195	7.312	3.347	11.766	3
Outros ativos	31.283	31.501	10	12	9.668	-	29	551	223.917	7.980	892	3.080	-
Total do ativo circulante	109.939	108.960	10	12	43.733	29	113	44.123	303.112	15.292	4.239	14.846	3
Passivos financeiros (1)	54.176	35.210	-	-	10.707	4.713	4.500	65.645	-	17.477	-	19.855	-
Outros passivos	27.173	17.256	314	50	3.330	91	507	597	295.078	13.758	21.863	1.434	3.421
Total do passivo circulante	81.349	52.466	314	50	14.037	4.804	5.007	66.242	295.078	31.235	21.863	21.289	3.421
Não circulante													
Total do ativo	386.236	850.733	62.465	163.172	166.644	90.919	90.919	42.219	50.702	141.763	7.261	12.504	69.119
Passivos financeiros (1)	310.151	475.456	1.105	-	179.847	86.206	86.235	-	-	62.664	-	-	-
Outros passivos	11.347	296.001	-	-	11.203	-	61	298	1.268	17.262	17	1.444	4.653
Total do passivo não circulante	321.498	771.457	1.105	-	191.050	86.206	86.296	298	1.268	79.926	17	1.444	4.653
Patrimônio líquido	93.328	135.770	61.056	163.134	5.290	(62)	(271)	19.802	57.468	45.894	(10.380)	4.617	61.048

2012

	ViaQuatro	Corporación Quiport	Icaros	Quiport Holdings	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	VLT Carioca	Outros investimentos	CAP
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	102.237	66.373	-	-	24.445	25	73	1.594	61.188	6.091	6.941	-	2	5.268
Outros ativos	16.046	20.541	9	12	9.327	-	1.139	23.972	231.612	7.535	1.819	-	-	4.988
Total do ativo circulante	118.283	86.914	9	12	33.772	25	1.212	25.566	292.800	13.626	8.760	-	2	10.256
Passivos financeiros (1)	47.308	34.707	-	-	819	-	-	-	-	26.221	6.229	-	-	3.163
Outros passivos	92.891	25.490	268	44	6.766	4.190	4.382	23.863	278.776	18.288	12.880	-	1.385	4.524
Total do passivo circulante	140.199	60.197	268	44	7.585	4.190	4.382	23.863	278.776	44.509	19.109	-	1.385	7.687
Não circulante														
Total do ativo	394.314	738.405	45.019	107.763	158.060	79.311	78.212	13.794	48.629	146.932	34.756	-	26.530	48.900
Passivos financeiros (1)	312.276	281.158	-	-	96.350	-	-	-	-	56.399	-	-	-	19.384
Outros passivos	5.510	398.686	964	-	83.812	75.200	75.254	-	933	13.042	18	-	2.168	9.640
Total do passivo não circulante	317.786	679.844	964	-	180.162	75.200	75.254	-	933	69.441	18	-	2.168	29.024
Patrimônio líquido	54.612	85.278	43.796	107.731	4.085	(54)	(212)	15.497	61.720	46.608	24.389	-	22.979	22.445

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil, contas a pagar com operações de *hedge* e mútuos – partes relacionadas.

Demonstração do resultado resumida

2013

	Corporación			Quiport		IBSA							Outros
	ViaQuatro	Quiport	Icaros	Holdings	Aeris	Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	VLT Carioca	investimentos
Receita líquida	222.320	169.275	-	-	68.437	-	-	70.392	233.154	149.103	67.873	429	-
Depreciação e amortização	(22.253)	(25.145)	-	-	(14.092)	-	-	(55)	(18.146)	(11.804)	(6.492)	-	-
Receita financeira	70.063	298	1.253	-	250	7.966	7.958	1.675	10.525	2.446	462	3.903	-
Despesa financeira	(118.805)	(29.062)	-	-	(15.309)	(7.966)	(7.958)	(1.977)	(982)	(7.435)	(1.785)	(5.154)	(67)
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	58.273	35.223	10.045	36.289	(260)	(1)	(26)	(2.798)	97.882	63.839	(30.101)	(3.092)	1.210
IR e CS	(19.556)	(1)	-	-	901	-	-	937	(32.795)	(20.077)	(4.667)	1.051	-
Resultado de operações continuadas	38.717	35.222	10.045	36.289	641	(1)	(26)	(1.861)	65.087	43.762	(34.768)	(2.041)	1.210
Outros resultados abrangentes	-	15.270	7.214	19.114	563	(8)	(33)	-	-	-	-	-	17.606
Resultado abrangente do exercício	38.717	50.492	17.259	55.403	1.204	(9)	(59)	(1.861)	65.087	43.762	(34.768)	(2.041)	18.816
Dividendo recebido do empreendimento controlado em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	64.540	44.476	-	-	-

2012

	Corporación			Quiport		IBSA						Outros
	ViaQuatro	Quiport	Icaros	Holdings	Aeris	Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	investimentos
Receita líquida	160.814	81.673			17.315	-		9.897	174.783	141.089	54.956	-
Depreciação e amortização	(18.590)	(8.844)			(3.586)	-			(17.093)	(9.751)	(5.969)	-
Receita financeira	62.473	24	719	-	(369)	2.531	2.531	19	11.334	937	1.373	-
Despesa financeira	(98.054)	-	-	-	(4.713)	(2.531)	(2.531)	(4)	(878)	(7.003)	(2.820)	(6)
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	29.231	(3.048)	(43)	(2.332)	(1.195)	(2)	(54)	(1.403)	80.877	59.587	(1.035)	(2.041)
IR e CS	(10.744)	-	-	-	(1.829)	-	-	479	(27.560)	(18.679)	3.800	-
Resultado de operações continuadas	18.487	(3.048)	(43)	(2.332)	(3.024)	(2)	(54)	(924)	53.317	40.908	2.765	(2.041)
Outros resultados abrangentes	-	266	131	333	60	-	(53)	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.487	(2.782)	88	(1.999)	(2.964)	(2)	(107)	(924)	53.317	40.908	2.765	(2.041)
Dividendo recebido do empreendimento controlado em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	43.865	31.708	-	-

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

a) RodoNorte

i. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 09 de outubro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 5 de maio de 2004; no pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2013 foram autorizados sem a necessidade de ação

judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos processos.

v. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi proferido despacho em 16 de setembro de 2013, suspendendo o processo por 90 (noventa) dias. O processo aguarda manifestação das partes quanto ao seu prosseguimento.

vi. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem

partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que estão pendentes de julgamento.

b) ViaOeste

Procedimento administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 20 de janeiro de 2014, o processo foi suspenso até que seja decidida a pertinência da prova pericial requerida.

c) RodoAnel Oeste

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade.

d) ViaQuatro

i. Processo nº. 05306107038-4 – 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade.

ii. Processo nº. 0532006117119-0 – 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item “i” acima).

e) Controlar

- i. Ação Civil Pública nº 1429/1997 ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réis para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Aguarda-se o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pela Controlar aos Tribunais Superiores (STJ e STF).
- ii. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos Requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º. Grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os Requeridos.

A referida liminar foi integralmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça, em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela Corte Especial do mesmo Tribunal, em 18 de abril de 2012. O Juízo de 1º. Grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os Requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação.

Em 27 de junho de 2012, o Juízo de 1º Grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os Requeridos. Aguarda-se a intimação de todos os Requeridos, após o que serão apresentadas defesas prévias.

- iii. Ação Ordinária nº 0001123-54.2012.8.26.0053, ajuizada em 12 de janeiro de 2012, pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral de aproximadamente 30% da tarifa dos serviços de inspeção veicular, requerendo liminar para suspender os efeitos da referida decisão, a qual foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O processo encontra-se em fase de provas.
- iv. Ação Cautelar nº 1006718-80.2013.8.26.0053, ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar S/A contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do Contrato de Concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). A Municipalidade interpôs recurso de Agravo de Instrumento – ainda não julgado –, mas não obteve êxito no respectivo efeito suspensivo pleiteado (liminar). Posteriormente, a Controlar pleiteou a extensão da medida cautelar para que permanecesse prestando o serviço até que a Municipalidade concluísse a licitação do novo modelo de inspeção veicular e as novas empresas contratadas estivessem aptas a operar o referido serviço, o que foi indeferido pelo Juiz da causa. Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal, nº 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).
- v. Ação pelo Procedimento Ordinário nº 1011663-13.2013.8.26.0053, ajuizada em 14 de novembro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A Ação foi proposta pela Controlar S/A contra a Municipalidade de São Paulo e pretende (i) estender os efeitos da demanda cautelar (item anterior), a fim de que a Concessionária possa permanecer executando os serviços até o fim do prazo previsto no Contrato de Concessão (2018); e (ii) que a Municipalidade se abstenha de aplicar ao Contrato as novas regras regulamentares estabelecidas pela Lei Municipal nº 15.688/2013, até que seus efeitos na equação econômico-financeira sejam devidamente reequilibrados. De forma subsidiária, caso seja apenas mantido o prazo contratual original, sem reequilíbrio prévio dos efeitos econômico-financeiros da Lei 15.688/2013, pretende a extinção do Contrato de Concessão, por culpa exclusiva da Administração, que deverá arcar integralmente com a mais ampla e respectiva indenização.

A antecipação de tutela (liminar) pretendida para esses fins foi denegada e, interposto o Agravo de Instrumento cabível – ainda não julgado –, a Controlar S/A também não obteve êxito no pedido liminar ali deduzido. A Municipalidade foi citada e, atualmente, aguarda-se a apresentação de sua defesa.

Não tendo sido concedida a extensão da liminar na Ação Cautelar (item iv) ou a antecipação de tutela na Ação Ordinária (item v), a Controlar encerrou a prestação do serviço de inspeção veicular em 31 de janeiro de 2014.

f) AutoBAn

- i. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAn apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. A AutoBAn ainda não foi citada para contestar a ação.

ii. Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Atualmente, o processo encontra-se suspenso até que seja decidida a pertinência da prova pericial requerida.

g) SPVias

Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais.

h) Renovias

Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais.

i) Reajustes de tarifas de pedágio – Concessões do Estado de São Paulo

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

No caso da Renovias, não está sendo utilizada a retenção dos 1,5% do ônus variável, cujo montante já é utilizado para compensação de perdas decorrentes da implementação do novo sistema de tarifação (ponto a ponto) em praça de pedágio de fluxo livre.

j) Reajuste de tarifas de pedágio – Concessões Federais

Na esfera federal, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) editou a Resolução nº 4.150, de 18 de julho de 2013, que, relativamente à NovaDutra aprovou: (i) o reajuste da tarifa básica de pedágio no percentual positivo de 6,70%, correspondente à variação do IPCA no período; (ii) a 18ª Revisão Ordinária do Contrato de Concessão, alterando a tarifa básica de pedágio de R\$ 2,78293 para R\$ 2,73335, com um decréscimo de 1,78%; (iii) a 8ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão, alterando a tarifa básica de pedágio de R\$ 2,73335 para R\$ 2,62341, com um decréscimo de 4,02%. Como consequência do reajuste e das revisões aprovadas, a referida Resolução (i) alterou a tarifa básica de pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 10,08801 para R\$ 10,14652, com um acréscimo de 0,58%; (ii) manteve a tarifa básica de pedágio reajustada, após o reajustamento, em R\$ 10,10, nas praças de pedágio de Moreira César, Itatiaia e Viúva Graça, em R\$ 2,50 nas praças de pedágio de Arujá, Guararema Norte e Guararema Sul; e (iii) alterou para R\$ 4,50 na praça de pedágio de Jacareí.

Relativamente à Ponte, a ANTT editou a Resolução nº 4.149, de 18 de julho de 2013, que aprovou: (i) o reajuste da tarifa básica de pedágio no percentual positivo de 6,70%, correspondente à variação do IPCA no período; (ii) a 19ª Revisão Ordinária do Contrato de Concessão, alterando a tarifa básica de pedágio de R\$ 1,20545 para R\$ 1,14563, com um decréscimo de 4,96%. Como consequência do reajuste e da revisão aprovadas, a referida Resolução (i) alterou a tarifa básica de pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 4,88156 para R\$ 4,94999, com um acréscimo de 1,40%; (ii) manteve a tarifa básica de pedágio reajustada, após o reajustamento, em R\$ 4,90.

k) Barcas

- i.** Ação Civil Pública nº 2004.001.000961-5 proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2014, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo, a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. O pedido de liminar foi indeferido. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve o indeferimento da liminar. O processo está em fase de perícia.
- ii.** Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, que requer a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Arariboia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A Autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. O processo encontra-se em fase de instrução.
- iii.** Ação Popular nº 0056005-06.2001.8.19.0001, ajuizada em 27 de abril de 2001, em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas S/A e outros, visando à declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e a declaração de caducidade do contrato de concessão. Em primeira instância foi julgada procedente para declarar a caducidade da concessão das linhas Praça XV – Charitas, Praça XV - São Gonçalo, Praça XV - Guia de Pacobayba, Praça XV - Barra da Tijuca e Rio de Janeiro - São Gonçalo (seletiva especial), e reconhecer o direito do Poder Concedente reaver e licitá-las livremente. Interposto recurso de apelação, este foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revertendo totalmente a decisão de primeiro grau. O Autor interpôs Recurso Especial ao STJ em 11 de julho de 2012, que não foi admitido. Em 18 de dezembro de 2012, os autores da ação interpuseram recurso de Agravo de Instrumento, que aguarda julgamento pelo STJ.

- iv. Ação Civil Pública nº 0030179-65.2007.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2007, pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em face de Barcas S/A e da Agetransp, na qual questiona a legalidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2007, requerendo concessão de liminar para suspender o aludido reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 03 de novembro de 2012, a ação foi julgada improcedente.
- v. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012, as rés Barcas, CCR e CPC apresentaram suas contestações.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

16. Ativo Imobilizado - Consolidado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012 (Reapresentado)			1º/01/2012 (Reapresentado)		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	30.562	(13.766)	16.796	28.666	(12.364)	16.302	22.404	(10.746)	11.658
Máquinas e equipamentos	17	176.498	(88.193)	88.305	157.538	(74.434)	83.104	126.558	(62.588)	63.970
Veículos	21	91.070	(54.465)	36.605	83.391	(51.721)	31.670	79.963	(47.521)	32.442
Instalações e edificações	18	30.540	(6.709)	23.831	24.231	(5.900)	18.331	9.213	(5.638)	3.575
Sistemas operacionais	16	467.037	(239.393)	227.644	370.497	(206.965)	163.532	288.123	(184.824)	103.299
Embarcações	2	28.746	(662)	28.084	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	129.685	-	129.685	161.105	-	161.105	135.391	-	135.391
		954.138	(403.188)	550.950	825.428	(351.384)	474.044	661.652	(311.317)	350.335

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	2012 (Reapresentado)			2013		
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação Cambial
Móveis e utensílios	28.666	-	373	(1.680)	3.203	-
Máquinas e equipamentos	157.538	-	271	(4.690)	23.379	-
Veículos	83.391	-	-	(7.034)	14.713	-
Instalações e edificações	24.231	-	-	(8.045)	14.354	-
Sistemas operacionais	370.497	-	351	(14.555)	110.744	-
Embarcações	-	-	15.638	-	17.608	(4.500)
Imobilizações em andamento	161.105	-	182.547	(4.640)	(207.914)	(1.413)
	825.428	-	199.180	(40.644)	(23.913)	(5.913)

	1º/01/2012 (Reapresentado)			2012 (Reapresentado)		
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação Cambial
Móveis e utensílios	22.404	446	1.618	(1.046)	5.244	-
Máquinas e equipamentos	126.558	1.060	7.243	(4.877)	27.554	-
Veículos	79.963	79	3.029	(5.306)	5.626	-
Instalações e edificações	9.213	14.133	-	(312)	1.197	-
Sistemas operacionais	288.123	-	40.220	(10.347)	52.501	-
Imobilizações em andamento	135.391	-	145.848	(5.072)	(115.275)	213
	661.652	15.718	197.958	(26.960)	(23.153)	213

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

(b) Refere-se à aquisição da Barcas, em julho de 2012.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 6.053 em 2013 (R\$ 8.889 em 2012). A taxa média de capitalização em 2013 foi de 9,12% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,41% a.a. em 2012.

Movimentação da depreciação

	2012		2013				
	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação Cambial	Saldo final
Móveis e utensílios	(12.364)	-	(2.627)	1.363	(138)	-	(13.766)
Máquinas e equipamentos	(74.434)	-	(18.221)	4.298	164	-	(88.193)
Veículos	(51.721)	-	(8.535)	5.743	48	-	(54.465)
Instalações e edificações	(5.900)	-	(839)	30	-	-	(6.709)
Sistemas operacionais	(206.965)	-	(45.628)	13.423	(223)	-	(239.393)
Embarcações	-	-	(609)	-	-	(53)	(662)
	(351.384)	-	(76.459)	24.857	(149)	(53)	(403.188)
	1º/01/2012		2012				
	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Móveis e utensílios	(10.746)	(55)	(2.126)	563	-	-	(12.364)
Máquinas e equipamentos	(62.588)	(167)	(15.786)	4.107	-	-	(74.434)
Veículos	(47.521)	(53)	(8.485)	4.338	-	-	(51.721)
Instalações e edificações	(5.638)	(5)	(733)	476	-	-	(5.900)
Sistemas operacionais	(184.824)	-	(30.984)	8.843	-	-	(206.965)
	(311.317)	(280)	(58.114)	18.327	-	-	(351.384)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

(b) Refere-se à aquisição da Barcas, em julho de 2012.

17. Ativos Intangíveis - Consolidado

	Taxa média anual de amortização %	2013			2012			1º/01/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	8.695.820	(2.500.666)	6.195.154	7.668.795	(2.023.974)	5.644.821	6.937.409	(1.616.459)	5.320.950
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	75.172	(41.636)	33.536	61.881	(32.273)	29.608	41.389	(24.991)	16.398
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	28.479	(15.580)	12.899	24.092	(11.258)	12.834	19.317	(6.861)	12.456
Cessão de fibra ótica	14	21.672	(5.511)	16.161	12.055	(1.219)	10.836	-	-	-
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ativos	(a)	1.531.415	(232.463)	1.298.952	1.449.583	(162.465)	1.287.118	1.446.920	(106.667)	1.340.253
Radiofrequência	31	1.088	(155)	933	-	-	-	-	-	-
		10.353.646	(2.796.011)	7.557.635	9.216.406	(2.231.189)	6.985.217	8.445.035	(1.754.978)	6.690.057

(a) Amortização pela curva do benefício econômico

Movimentação do custo

	2012 (Reapresentado)		2013					
	Saldo inicial	Aquisição de participação de Curaçao	Adições	Baixas	Transferências (b)	Outros (c)	Variação Cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	7.668.795	162.200	853.103	(2.370)	6.187	(6.289)	14.194	8.695.820
Direitos de uso de sistemas informatizados	61.881	-	38	(86)	13.339	-	-	75.172
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	24.092	-	-	-	4.387	-	-	28.479
Cessão de fibra ótica	12.055	-	9.639	-	(22)	-	-	21.672
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios (d)	1.449.583	69.859	8.606	-	-	-	3.367	1.531.415
Radiofrequência	-	-	1.066	-	22	-	-	1.088
	9.216.406	232.059	872.452	(2.456)	23.913	(6.289)	17.561	10.353.646

	1º/01/2012 (Reapresentado)		2012 (Reapresentado)					
	Saldo inicial	Aquisição de participação da Barcas	Adições	Baixas	Transferências (b)	Outros (c)	Variação Cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	6.937.409	256.668	500.261	(2.048)	(450)	(23.045)	-	7.668.795
Direitos de uso de sistemas informatizados	41.389	968	2.798	(101)	16.827	-	-	61.881
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	19.317	-	437	-	4.338	-	-	24.092
Cessão de fibra ótica	-	-	9.617	-	2.438	-	-	12.055
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	1.446.920	-	2.663	-	-	-	-	1.449.583
	8.445.035	257.636	515.776	(2.149)	23.153	(23.045)	-	9.216.406

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 38.683 em 2013 (R\$ 30.731 em 2012). A taxa média de capitalização em 2013 foi de 6,46% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 10,41% a.a. em 2012.

Movimentação da amortização

	2012 (Reapresentado)		2013				
	Saldo inicial	Aquisição de participação de Curaçao	Adições	Baixas	Transferências (b)	Variação Cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(2.023.974)	(64.120)	(407.551)	701	152	(5.874)	(2.500.666)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(32.273)	-	(9.424)	64	(3)	-	(41.636)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(11.258)	-	(4.322)	-	-	-	(15.580)
Cessão de fibra ótica	(1.219)	-	(4.292)	-	-	-	(5.511)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios (d)	(162.465)	(5.326)	(62.910)	-	-	(1.762)	(232.463)
Radiofrequência	-	-	(155)	-	-	-	(155)
	(2.231.189)	(69.446)	(488.654)	765	149	(7.636)	(2.796.011)

	1º/01/2012 (Reapresentado)		2012 (Reapresentado)				
	Saldo inicial	Aquisição de participação da Barcas	Adições	Baixas	Transferências (b)	Variação Cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(1.616.459)	(81.584)	(326.418)	487	-	-	(2.023.974)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(24.991)	(828)	(6.532)	78	-	-	(32.273)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(6.861)	-	(4.397)	-	-	-	(11.258)
Cessão de fibra ótica	-	-	(1.219)	-	-	-	(1.219)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(106.667)	-	(55.798)	-	-	-	(162.465)
	(1.754.978)	(82.412)	(394.364)	565	-	-	(2.231.189)

- (b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (c) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizadas pela ViaOeste, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 20;
- (d) Dos montantes indicados na coluna “Aquisição de participação Curaçao”, R\$ 48.903 referem-se à transferência de custo e R\$ 5.326 à transferência de amortização, ambos do intangível. Os valores eram classificados como investimentos em função da investida ser uma controlada em conjunto. A partir de 12 de junho de 2013, com a aquisição do controle, os valores foram reclassificados para o ativo intangível (vide notas explicativas 1, 2 e 15 b.2).

Composição do direito de concessão gerado na aquisição de controle de negócios

	2013			2012			1º/01/2012		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Inovap 5 (a)	3.087	(364)	2.723	3.087	(52)	3.035	3.087	(6)	3.081
RodoNorte (b)	14.988	(5.880)	9.108	14.988	(4.949)	10.039	14.988	(4.066)	10.922
SPVias (b)	1.177.136	(126.398)	1.050.738	1.177.136	(81.840)	1.095.296	1.177.136	(39.402)	1.137.734
ViaOeste (b)	251.709	(88.736)	162.973	251.709	(75.519)	176.190	251.709	(63.193)	188.516
Barcas (a)	11.269	(1.389)	9.880	2.663	(105)	2.558	-	-	-
Aeroporto Internacional de Curaçao (a)	73.226	(9.696)	63.530	-	-	-	-	-	-
	1.531.415	(232.463)	1.298.952	1.449.583	(162.465)	1.287.118	1.446.920	(106.667)	1.340.253

- (a) Amortização linear;
(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

18. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012	1º/01/2012
							(Reapresentado)		
							(Reapresentado)		
CCR	Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	-	116	268 (f)
CCR	Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	13,1041% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	38	220 (f)
SubTotal Controladora							-	154	488
1. AutoBAn	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	94	Fevereiro de 2017	130.752	172.005	213.351 (c)
1. AutoBAn	BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	12.338	16.234	20.143 (c)
2.a SPVias	BNDES - FINEM I e CEF	TJLP + 5,50% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	-	5.817	13.584 (d)
2.b SPVias	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2018	31.236	38.049	44.894 (d)
2.b SPVias	BNDES - FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,50% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	-	5.817	15.257 (d)
2.c SPVias	Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	-	-	37.257 (e)
2.c SPVias	Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	783	-	Fevereiro de 2013	-	-	57.923 (e)
2.c SPVias	Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	-	Fevereiro de 2013	-	-	109.574 (e)
3. Ponte	Itaú BBA S.A.	115,35% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2013	-	10.090	- (g)
Ponte	Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	-	Julho de 2012	-	-	11.675 (g)
Ponte	Itaú BBA S.A.	102,5% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2012	-	-	11.134 (g)
4. Barcas	Bradesco S.A.	CDI + 0,70%	N/I	-	-	Abril de 2013	-	118.354	- (e)
8. Diversos	Diversos (Finame)	TJLP + 2% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	559	2.450	4.761 (f)
SPVias	Votorantim S.A. (Finame)	TJLP + 4,50% a 7,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	-	541	1.283 (f)
Diversos	Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	2.701	7.274 (f)
Diversos	Alfa S.A. (Finame)	5,50% a 7,70% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	2.272	2.333	- (f)
Diversos	Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Janeiro de 2015	840	1.625	2.004 (f)
Diversos	Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Dezembro de 2014	446	1.224	888 (f)
SPVias	Diversos (Arrend. Mercantil)	CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a.	N/I	-	-	Junho de 2013	-	-	1.649 (f)
Subtotal em moeda nacional					94		178.443	377.394	553.139
Em moeda estrangeira									
5. Curaçao	DVB Bank AG	US\$ + LIBOR + 2,75% a 3,5% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2018	44.804	-	- (h)
6. RodoNorte	Merrill Lynch (b)	US\$ + LIBOR + 1,50% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2013	-	94.132	84.897 (g)
2.a SPVias	BNDES - FINEM I	ECM + 5,50% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	826	1.673 (d)
2.a SPVias	BNDES - FINEM II - Repasse e CEF	ECM + 5,50% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	826	- (d)
7.a ViaLagos	Merrill Lynch (b)	US\$ + 1,73% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	-	97.128	87.396 (g)
7.b ViaLagos	Merrill Lynch (b)	US\$ + LIBOR 3M + 1,4% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2015	132.907	-	- (g)
Subtotal em moeda estrangeira					-		177.711	192.912	173.966
Total geral					94		356.154	570.306	727.105
Consolidado									
							2013	2012	1º/01/2012
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros							64.011	392.469	114.229
Custos de transação							(50)	(73)	(832)
							63.961	392.396	113.397
Não Circulante									
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros							292.237	177.999	614.003
Custos de transação							(44)	(89)	(295)
							292.193	177.910	613.708

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 29 para maiores detalhes).

Garantias:

- (c) Fiança bancária.
- (d) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (e) Fiança/aval do acionista controlador.
- (f) Bens financiados.
- (g) Não existem garantias.
- (h) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>
2015	193.221
2016	61.053
2017	24.121
2018	13.842
Total	<u>292.237</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. AutoBAn

Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros são pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

2. SPVias

- a. Nos dias 16 de setembro de 2013 e 15 de outubro de 2013, foram liquidados os Subcréditos A e B, junto ao BNDES e a Caixa Econômica Federal, ficando vigente apenas o valor de R\$ 52.596, junto ao BNDES, com vencimento em 15 de julho de 2018 e remuneração de TJLP + 2.80% a.a..
- b. Em 07 de julho de 2008, a investida contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 (subcrédito A – R\$ 52.526 e subcrédito B – R\$ 121.930). Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, e para o subcrédito B, o principal está sendo amortizado em 78 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2012 e 15 de janeiro de 2019.

Os juros são pagos mensalmente para os subcréditos A e B desde novembro de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, até os vencimentos finais dos subcréditos.

A principal garantia que é compartilhada entre a CEF, o BNDES e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

- c. Em julho de 2012, as cédulas de crédito bancário dos bancos Bradesco, Itaú e Santander foram integralmente liquidadas antecipadamente.

3. Ponte

Em 19 de novembro de 2013, a cédula de crédito bancário foi liquidada.

4. Barcas

Em 16 de abril de 2013, foram liquidadas a totalidade das cédulas de crédito bancário.

5. Curaçao

A investida tem contratado com o DVB Bank AG, financiamento de USD 37.000 mil para desenvolvimento, desenho e construção de novo terminal no Aeroporto Internacional de Curaçao. O principal e os juros estão sendo pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final da operação em dezembro de 2018. O pagamento do principal segue um intervalo definido no contrato que varia de 2,62% a 5,70% do valor nominal do financiamento.

Os financiamentos são garantidos pelos direitos presentes e futuros sobre ativos, contrato de seguros, contas a receber intragrupo, saldos de contas bancárias, licenças, entre outros.

Os financiamentos dessa investida foram captados em dólares norte-americanos moeda funcional da investida.

6. RodoNorte

Em 14 de novembro de 2013, o empréstimo foi liquidado.

7. ViaLagos

- a. A operação foi liquidada em 15 de agosto de 2013.
- b. Em 15 de agosto de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America Merrill Lynch no montante de USD 56.980 mil, equivalente a R\$ 130.000, com vencimento em 17 de agosto de 2015, sendo que há incidência da variação cambial e a taxa de juros é a libor de 3 meses + 1,40% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal, no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida, por 109,95% do CDI.

8. Finames

Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011, com taxas remuneratórias de TJLP + 2% a.a., nas investidas AutoBAN, RodoNorte, RodoAnel Oeste e NovaDutra no valor nominal total de R\$ 3.224, destinaram-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

19. Debêntures e notas promissórias

			Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012	1º/01/2012
Empresa	Série	Taxas contratuais							
(Reapresentado) (Reapresentado)									
1.a	CCR	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6210% (a)	1.188	277	Agosto de 2014	65.376	123.794
1.b	CCR	6a Emissão - Série 1	105% do CDI	0,1223% (a)	1.110	529	Abril de 2016	528.421	-
1.c	CCR	7a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	N/I	-	-	Outubro de 2015	102.054	-
1.c	CCR	7a Emissão - Série 2	107,05% do CDI	N/I	-	-	Outubro de 2016	102.064	-
1.d	CCR	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0150% (a)	-	-	Maio de 2013	-	418.290
SubTotal Controladora					806			797.915	542.084
2.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	9	Abril de 2014	28.195	53.304
2.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 2	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	-	-	Outubro de 2013	-	30.306
2.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (a)	-	-	Abril de 2012	-	-
	AutoBAn	2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (a)	-	-	Setembro de 2012	-	-
2.b	AutoBAn	4a Emissão - Série 1	109% (b)	0,1217% (b)	4.151	3.368	Setembro de 2017	965.531	974.667
2.b	AutoBAn	4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	509	Outubro de 2017	131.059	136.409
2.c	AutoBAn	5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,03412% (a)	9.117	8.816	Outubro de 2018	434.862	-
	AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	105,5% do CDI	0,0559% (a)	-	-	Novembro de 2012	-	-
2.d	AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	-	-	Maio de 2013	-	50.382
3.	Barcas	Cetip (Notas promissórias)	110% do CDI	0,6674% (a)	631	421	Abril de 2014	193.686	-
4.	CPC	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,3195% (a)	319	159	Março de 2014	205.119	-
5.a	NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1640% (b)	1.683	305	Outubro de 2015	174.214	259.724
5.a	NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1640% (b)	1.122	204	Outubro de 2015	116.179	173.189
5.b	NovaDutra	3a Emissão - Série única	105,60% do CDI	N/I	-	-	Dezembro de 2015	234.936	351.675
	NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	-	-	Novembro de 2012	-	-
5.c	NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	104,40% do CDI	0,0547% (a)	71	24	Abril de 2014	132.298	-
5.d	NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	104,90% do CDI	N/I	-	-	Abril de 2014	233.955	-
6	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1120% (b)	1.735	241	Maio de 2014	507.339	504.792
6	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111,00% do CDI	0,1130% (b)	2.539	901	Maio de 2015	557.575	554.740
6	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112,00% do CDI	0,1140% (b)	4.281	2.072	Maio de 2016	759.590	755.707
7.a	RodoNorte	2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2020% (b)	1.647	269	Novembro de 2015	115.445	172.444
7.b	RodoNorte	3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,1353% (a)	243	151	Novembro de 2015	121.440	-
8.a	Samu	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0100% (a)	-	-	Abril de 2013	-	35.374
8.b	Samu	Cetip (Notas promissórias)	106% do CDI	0,2217% (a)	89	59	Abril de 2014	81.423	-
9.a	SPVias	1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (b)	-	-	Agosto de 2013	-	829.553
9.b	SPVias	2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (b)	1.284	830	Julho de 2016	418.083	414.230
9.c	SPVias	3a Emissão - Série única	105,00% do CDI	0,0727% (b)	1.884	1.520	Maio de 2016	805.037	-
10.a	ViaOeste	1a Emissão - Série 1	104,50% do CDI	0,2917% (b)	-	-	Julho de 2015	-	-
10.a	ViaOeste	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a	0,2976% (a)	-	-	Julho de 2015	-	-
10.a	ViaOeste	1a Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a	0,2976% (a)	-	-	Janeiro de 2015	-	-
10.a	ViaOeste	2a Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	-	-	Dezembro de 2016	-	-
10.b	ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,50% do CDI	0,2200% (b)	739	82	Fevereiro de 2015	66.451	109.843
10.c	ViaOeste	4a Emissão - Série única	108,30% do CDI	0,1710% (b)	3.862	1.902	Maio de 2017	621.216	751.671
10.d	ViaOeste	Cetip (Notas promissórias)	104,45 do CDI	0,1629% (a)	325	271	Outubro de 2014	203.906	-
Total geral						22.919		7.905.454	6.700.094

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.
- (f) Flutuante.
- (g) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

- (h) Fidejussória do acionista controlador.
- (i) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2013	
	Controladora	Consolidado
2015	100.000	1.405.257
2016	620.000	3.228.972
2017	-	564.104
2018	-	456.010
Total	<u>720.000</u>	<u>5.654.343</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. CCR

- a. Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 debêntures simples da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal total de R\$ 598.156. No dia 1º de agosto de 2012, ocorreu o pagamento da última parcela da 1ª série, que possuía valor nominal total de R\$ 448.156.

A 2ª série, no valor nominal total de R\$ 150.000, é remunerada pela variação do IPCA + 7,50% a.a., sendo que os juros e o principal são pagos anualmente, em 1º de agosto de cada ano e o vencimento final será em 1º de agosto de 2014.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

- b. Em 25 de abril de 2013, a Companhia realizou a 6ª emissão pública de 52.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 520.000.

O principal será pago em parcela única na data de vencimento e os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 25 de outubro de 2013 e 25 de abril de 2016.

Os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 105% do CDI.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Esta emissão não conta com garantias.

O principal critério para o vencimento antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora), sem que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim.

- c. Em 15 de outubro de 2013, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, junto ao Banco BTG Pactual.

O montante nominal total da emissão foi de R\$ 200.000, dividido em duas séries, sendo a primeira série no valor de R\$ 100.000, com remuneração de 106,50% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2015 e a segunda série foi no valor nominal de R\$ 100.000, com remuneração de 107,05% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2016. Ambas as séries apresentam pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

O principal critério para o vencimento antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora) se que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia, especialmente convocada para esse fim.

- d. Em 29 de abril de 2013, ocorreu o pagamento antecipado da totalidade das notas comerciais.

2. AutoBAN

- a. Em 1º de outubro de 2013, a controlada pagou a última parcela de principal da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 98.000.

Está vigente a 1ª série da emissão, no valor nominal total de R\$ 98.000, com remuneração de IGPM + 10,65% a.a.. A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.

O principal critério para o vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 2,5 e/ou o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja inferior a 1,3.

- b. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017. As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI.

- c. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

- d. Em 13 de maio de 2013, foi liquidada a 3ª emissão de notas comerciais.

3. Barcas

Em 16 de abril de 2013, foi realizada a 1ª Emissão de notas comerciais, sendo 10 notas comerciais, série única, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 146.000, remuneração correspondente ao CDI e conta com aval de 80% da CCR e 20% da JCA Holdings Participações S.A..

Em 14 de outubro de 2013, foi feito o refinanciamento da operação e contratada a 2ª emissão de notas comerciais, junto ao Banco Bradesco, com vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2014 e remuneração de 110% do CDI. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 190.000, dividido em três séries.

As séries foram emitidas conforme participação dos acionistas, sendo a primeira série no valor de R\$ 152.000, com aval da CCR, a segunda série no valor de R\$ 19.000, com aval da JCA Holdings Participações e a terceira série no valor de R\$ 19.000, com aval da RioPar.

4. CPC

Em 20 de setembro de 2013, a CPC realizou a 1ª emissão de notas promissórias, no valor total de R\$ 200.000, as quais são remuneradas por 105% do CDI. O principal e os juros serão pagos no vencimento da operação, em 19 de março de 2014. Esta emissão conta com o aval da CCR.

5. NovaDutra

- a.** Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, são da espécie com garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015 e a amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures têm remuneração de 110,50% do CDI.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são da espécie subordinada e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015 e a amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015. As debêntures têm remuneração de 112,50% do CDI.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o ICSD seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
 - Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- b.** Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 350.000, as quais são remuneradas por 105,60% do CDI.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela investida, em valor superior ao mínimo legal, caso o ICSD seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, seja superior a 4.

- Redução do capital social da investida após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- c. Em 26 de abril de 2013, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 130 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública restrita, sob regime de garantia firme, com valor nominal total de R\$ 130.000.

As notas têm juros de 104,4% do CDI e os mesmos estão sendo pagos semestralmente, em outubro de 2013 e abril de 2014. O principal será pago no vencimento, em 21 de abril de 2014.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

- d. Em 25 de outubro de 2013, foi realizada a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, com valor nominal total de R\$ 230.000 e com vencimento de juros e principal em 23 de abril de 2014. Os juros são de 104,90% do CDI.

6. RodoAnel Oeste

Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, têm remuneração de 109,20% do CDI e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, têm remuneração de 111% do CDI e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.

As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112% do CDI, têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalso (5%).

Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

7. RodoNorte

- a. Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010 e são remuneradas a 115,50% do CDI.

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3;
 - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4.
 - Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.
- b.** Em 11 de novembro de 2013, foi emitida a 3ª emissão de debêntures simples, com valor nominal total de R\$ 120.000, junto ao Banco Itaú BBA, com remuneração correspondente à variação acumulada de 106,40% do CDI. O pagamento de juros é semestral e o do principal será em 11 de novembro de 2015, no final da operação.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Redução do capital social da emissora seja de forma individual ou por reduções agregadas, em um montante superior a R\$100.000 sem que haja anuência prévia de ao menos 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim;
- Distribuição de dividendos, pela emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 (quatro) vezes

8. Samm

- a.** Em 29 de abril de 2013, ocorreu o vencimento da 1ª emissão de notas comerciais, sendo 7 notas com valor nominal total de emissão de R\$ 35.000.
- b.** Em 22 de outubro de 2013, foi realizada a 3ª emissão da nota promissória comercial com valor nominal total de R\$ 80.000, com vencimento de juros e principal em 20 de abril de 2014 e remuneração de 106% do CDI.

9. SPVias

- a.** Em 6 de junho de 2013, foi liquidada antecipadamente a 1ª emissão de debêntures de série única, com valor nominal total de R\$ 800.000.
- b.** Em 5 de julho de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de

colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão. A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

Os juros das debêntures são de 109,3% do CDI.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 5 de janeiro de 2013 e 5 de julho de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
 - Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.
- c. Em 29 de maio de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures, sendo 80.000 debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 800.000. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança bancária.

Os juros das debêntures são de 105% do CDI.

O valor nominal das debêntures será pago em uma única parcela, em 29 de maio de 2016 e os juros estão sendo pagos semestralmente, de 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

10. Via Oeste

- a. Em 14 de maio de 2012, ocorreu a antecipação dos pagamentos da 1ª e 2ª emissões.
- b. Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011, pelo mesmo montante. As debêntures têm remuneração de 110,50% do CDI.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

A principal obrigação e cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

- c. Em 28 de abril de 2012, a investida realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI.

Esta emissão não conta com garantias.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da investida que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.
- Caso a investida, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
- Redução do capital social da investida sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
- Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.

- d. Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial com valor nominal total de R\$ 200.000, junto ao Banco BTG Pactual, sem garantias, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014 e remuneração de 104,45% do CDI.

20. Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP), que tecnicamente não se enquadra como remuneração variável, nem como remuneração baseada em ações, por se tratar de política de geração de valor que permite a determinados executivos da Companhia e de suas investidas, a aquisição de direitos junto a Companhia, cuja valorização se determina com base na valorização das ações, na geração operacional de caixa e no valor dos dividendos distribuídos.

Cada Unidade de Investimento (UI) é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor (“UVV”). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (valor da UVV no resgate, subtraído do valor da UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem três Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 2, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD) no ano de 2007, o Plano 3 no ano de 2010 e o Plano 4 no ano de 2013. Cada plano possui seus respectivos programas.

Caso o participante tenha seu vínculo empregatício encerrado com o Grupo CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVVs. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o participante perde todos os seus direitos ao resgate de UIs ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos participantes do plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o participante, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo programa. Ao final de cada Programa, as UIs são automaticamente resgatadas.

A criação de cada programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo CAD. A conquista de um novo negócio também poderá ensejar a criação de um programa específico. A criação de novos planos e seus respectivos programas estão sujeitos à aprovação do CAD da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos planos ou programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude de os participantes dos programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UIs, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos outorgados, levando-se em conta os

respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 4.771 no exercício de 2013 (R\$ 14.912 no exercício de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 25.982 (R\$ 27.805 em 31 de dezembro de 2012).

		Saldo Total em 31.12.2012			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2012			Outorga entre 01.01 e 31.12.2013			Canceladas entre 01.01 e 31.12.2013		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.13	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.13	Total
Plano 2	Programa 4 (2007)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	264.732	24,29	6.431	264.732	24,29	6.431	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 6 (2009)	196.638	27,24	5.356	166.294	27,24	4.530	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 7 (2010)	467.328	25,59	11.961	313.696	25,59	8.029	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 8 (2011)	344.667	30,19	10.404	156.565	30,19	4.726	-	-	-	-	-	-
NN	Nov Neg VO (2011)	133.743	30,19	4.037	60.753	30,19	1.834	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 9 (2012)	326.265	29,28	9.552	73.904	29,28	2.163	-	-	-	-	-	-
NN	Nov Neg AB (2012)	70.353	29,28	2.060	15.936	29,28	467	-	-	-	-	-	-
Plano 4	Progr. 10 e NN (2013)	-	-	-	-	-	-	2.807.118	7,31	20.524	-	-	-
Custo aquisição UI's		-	-	(740)	-	-	(375)	-	-	(421)	-	-	-
Total		1.803.726		49.061	1.051.880		27.805	2.807.118		20.103	-	-	-
		Exercidas entre 01.01 e 31.12.2013			Saldo Total em 31.12.2013			Exercíveis em 31.12.2013			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2013		
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.13	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.13	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.13	Total
Plano 2	Programa 5 (2008)	264.732	24,00	6.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 6 (2009)	-	-	-	196.638	30,80	6.056	196.638	30,80	6.056	196.638	30,80	6.056
Plano 3	Programa 7 (2010)	29.731	22,23	661	437.597	16,58	7.256	281.821	12,14	3.420	363.664	16,58	6.030
Plano 3	Programa 8 (2011)	-	-	-	344.667	19,68	6.783	114.889	12,40	1.424	227.865	19,68	4.484
NN	Nov Neg VO (2011)	-	-	-	133.743	19,68	2.632	44.581	12,40	553	88.420	19,68	1.740
Plano 3	Programa 9 (2012)	-	-	-	326.265	20,18	6.586	-	-	-	145.640	20,18	2.940
NN	Nov Neg AB (2012)	-	-	-	70.353	20,18	1.420	-	-	-	31.405	20,18	634
Plano 4	Progr. 10 e NN (2013)	-	-	-	2.807.118	7,31	20.524	-	-	-	636.213	7,31	4.652
Custo aquisição UI		-	-	-	-	-	(1.107)	-	-	(250)	-	-	(553)
Total		294.463		7.014	4.316.381		50.150	637.929		11.203	1.689.844		25.982

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelos de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R\$ 62,70 (Plano 2), R\$ 59,19 (Plano 3 e Nov. Neg VO e AB)
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate (R\$), com correções futuras estimadas, acordo com os critérios do programa	Programa 6, 37,94 para 2014
		Programa 7, 62,21 para 2014 e 65,09 para 2015
		Programa 8 e NN VO, 61,64 para 2014, 64,50 para 2015 e 66,90 para 2016
		Programa 9 e NN AB, 72,26 para 2015, 74,96 para 2016 e 80,21 para 2017
		Programa 10 e NN 13, 15,77 para 2016, 16,87 para 2017 e 17,82 para 2018
Tempo	Prazo decorrido entre a data base destas demonstrações financeiras e prazo de resgate da tranche de cada Programa.	180 dias p/ resgates de 2014 e 360 dias adicionais p/ cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Cia. entre 01.01.2003 até a data base desta demonstração financeira.	2,50% a.d.
Dividend Yield	Média histórica anual entre 2003 e a data base destas demonstrações financeiras	4,05% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Estimativa na data base destas demonstrações financeiras do CDI para os períodos em análise.	10,64%, 10,80%, 11,95%, 11,97% e 10,85% respectivamente entre 2014 e 2018.
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.	0,74%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.	55,05% no primeiro ano e 67,07% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

21. Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher – Circulante

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL	485	-	259.101	189.600	43.982
ISS	262	305	28.563	27.554	25.376
COFINS	329	440	15.257	19.970	18.882
ICMS	-	-	12.990	12.341	-
PIS, COFINS e CSLL Retidos	74	85	3.395	3.618	3.018
PIS	72	96	3.305	3.139	2.902
IRRF	53	83	862	1.157	24.019
INSS Retidos	70	56	4.580	4.302	8.427
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	-	-	1.764	5.490	381
	<u>1.345</u>	<u>1.065</u>	<u>329.817</u>	<u>267.171</u>	<u>126.987</u>

b. Obrigações fiscais parceladas - Consolidado

	2012 (Reapresentado)	2013					
	Saldo Inicial	Novas aquisições (a)	Adição	Juros	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante							
Federal							
PAES	1.070	-	-	11	(1.081)	-	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	48.133	-	-	2.427	(46.990)	47.041	50.611
Municipal							
ISS	577	-	260	-	(473)	323	687
Total	<u>49.780</u>	<u>-</u>	<u>260</u>	<u>2.438</u>	<u>(48.544)</u>	<u>47.364</u>	<u>51.298</u>
Não circulante							
Federal							
COFINS	29	-	-	-	-	-	29
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	447.590	-	-	25.569	-	(47.041)	426.118
Municipal							
ISS	475	-	-	-	-	(323)	152
Total	<u>448.094</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.569</u>	<u>-</u>	<u>(47.364)</u>	<u>426.299</u>

	1º/01/2012 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)					
	Saldo Inicial	Novas aquisições (a)	Adição	Juros	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante							
Federal							
PAES	2.071	-	-	68	(2.112)	1.043	1.070
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	44.008	956	-	2.456	(44.477)	45.190	48.133
Municipal							
ISS	190	1.089	-	1.040	(2.199)	457	577
Total	<u>46.269</u>	<u>2.045</u>	<u>-</u>	<u>3.564</u>	<u>(48.788)</u>	<u>46.690</u>	<u>49.780</u>
Não circulante							
Federal							
COFINS	62	-	-	120	-	(153)	29
PAES	1.036	-	-	7	-	(1.043)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	458.288	3.621	-	30.718	-	(45.037)	447.590
Municipal							
ISS	-	932	-	-	-	(457)	475
Total	<u>459.386</u>	<u>4.553</u>	<u>-</u>	<u>30.845</u>	<u>-</u>	<u>(46.690)</u>	<u>448.094</u>

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas; e

(b) Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09, foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Empresa	Quantidade de parcelas	Valor da prestação básica mensal
NovaDutra	120	256
AutoBAn	180	2.179
SPVias	180	4
ViaOeste	155	404

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério;
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos;
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à lei nº 11.941/09; e
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

22. Outras obrigações – Consolidado

	Consolidado		
	2013	2012	1º/01/2012
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	50.633	46.989	43.372
Receitas acessórias a apropriar	15.396	12.355	13.052
Comissões a pagar	8.282	6.210	4.854
Verbas contratuais	9.584	7.747	8.053
Indenizações a pagar	3.608	3.610	3.610
Provisão de custos com AVI	35	2.533	3.649
Adiantamento de clientes	1	445	445
Seguros a pagar	530	1.379	1.845
Outros	7.377	8.932	2.512
	95.446	90.200	81.392
Não Circulante			
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	100.423	93.977	129.676
Receitas acessórias a apropriar	16.501	17.990	19.578
Benefícios - previdência privada	7.142	-	-
Fornecedores de fibra óptica	-	4.155	-
Outros	13.207	2.426	1.310
	137.273	118.548	150.564

(a) Refere-se a contas a pagar aos ex-controladores da SPVias e Inovap 5, as quais são atualizadas pelo CDI.

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2012		2013					
	(Reapresentado)							
	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Constituição	Reversão	Pagamentos	Provisão de juros	Transferências	Saldo final
Não circulante								
Cíveis e administrativos	17.023	-	16.489	(11.420)	(9.083)	2.713	(111)	15.611
Trabalhistas e previdenciários	39.858	-	10.324	(4.650)	(2.424)	3.810	111	47.029
Tributários	191	-	1.407	-	(191)	15	-	1.422
	<u>57.072</u>	<u>-</u>	<u>28.220</u>	<u>(16.070)</u>	<u>(11.698)</u>	<u>6.538</u>	<u>-</u>	<u>64.062</u>

	1º/01/2012		2012					
	(Reapresentado)		(Reapresentado)					
	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Constituição	Reversão	Pagamentos	Provisão de juros	Transferências	Saldo final
Não circulante								
Cíveis e administrativos	13.118	4.989	8.526	(3.275)	(6.677)	342	-	17.023
Trabalhistas e previdenciárias	2.821	36.602	3.222	-	(2.804)	17	-	39.858
Tributários	1.657	-	-	(1.466)	-	-	-	191
	<u>17.596</u>	<u>41.591</u>	<u>11.748</u>	<u>(4.741)</u>	<u>(9.481)</u>	<u>359</u>	<u>-</u>	<u>57.072</u>

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas.

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia e suas controladas efetuaram acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 13.096 e R\$ 4.277, respectivamente.

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2013	2012	1º/01/2012
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Cíveis e administrativos	118.719	114.478	117.625
Trabalhistas e previdenciários	8.909	20.045	11.041
Tributários (c)	233.832	30.450	36.372
Outras (b)	-	-	53.539
	<u>361.460</u>	<u>164.973</u>	<u>218.577</u>

(b) Trata-se de ação proposta pelo Banco Espírito Santo S/A, Caixa Banco de Investimento S/A e Credit Agricole Corporate and Investment Bank em face do RodoAnel Oeste visando ao recebimento de um valor de liquidação (*close-out amount*), análogo a uma multa por pagamento antecipado, no contexto de operações de *swap* de taxa de juros firmadas entre RodoAnel Oeste e cada um dos autores, que foram liquidadas antecipadamente, em decorrência do pagamento antecipado voluntário pelo RodoAnel Oeste de empréstimo junto ao BID e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) (“Empréstimo BID/JBIC”). A referida ação foi encerrada por acordo entre as partes.

(c) Em setembro de 2013, foi recebida notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 212 milhões. Também há intimação para que a SPVias proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins

fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013, a SPVias apresentou sua defesa, e aguarda o julgamento em 1ª Instância administrativa.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2013 é de R\$ 144.732.

24. Arrendamento mercantil – Consolidado

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos mínimos futuros
	2013
Até um ano	1.234
Acima de 1 ano e até cinco anos	213

A Companhia e suas investidas operam com 86 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

	2013	2012
Despesas com arrendamento mercantil operacional	2.573	2.527

b) Financeiro

A Companhia e suas investidas possuem ativos obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas investidas.

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012 (Reapresentado)			1º/01/2012 (Reapresentado)		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	15.928	(8.760)	7.168	16.394	(6.330)	10.064	15.258	(3.307)	11.951

Os pagamentos mínimos futuros estão segregados da seguinte forma:

	2013	
	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	1.423	1.277

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2013 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 362 (R\$ 1.108 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 3.345 (R\$ 3.136 em 2012) relativos a despesas de depreciação.

25. Provisão de manutenção – Consolidado

	2012	2013				
	(Reapresentado)	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
	Saldo Inicial					
Circulante	143.545	42.868	14.660	(165.339)	117.437	153.171
Não circulante	201.831	123.880	24.433	-	(117.437)	232.707
Total	345.376	166.748	39.093	(165.339)	-	385.878
	1º/01/2012	2012				
	(Reapresentado)	(Reapresentado)				
Circulante	215.193	134.445	48.157	(261.400)	7.150	143.545
Não circulante	193.115	14.637	1.229	-	(7.150)	201.831
Total	408.308	149.082	49.386	(261.400)	-	345.376

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.025.342, compostos por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2014.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 18 de abril de 2013, foi aprovado em AGO, o pagamento de dividendos complementares, relativos aos lucros do exercício de 2012, no montante de R\$ 100.775, correspondente a R\$ 0,0570773 por ação, com pagamento realizado em 30 de abril de 2013, tendo sido os dividendos, aprovados e pagos na data prevista.

Em 26 de setembro de 2013, foi aprovada em reunião do CAD *ad referendum* da AGO de 2014 que aprova as contas sociais do exercício social de 2013, a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$ 1.200.599, correspondente a R\$ 0,68 por ação, com pagamento realizado em 31 de outubro de 2013.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, no montante de R\$ 100.775, correspondentes a R\$ 0,0570773 por ação, a ser submetido à aprovação da AGO de 2014.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2013, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	1.339.571
(-) Constituição de reserva legal	(66.979)
Lucro líquido ajustado	1.272.592
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	318.148
Dividendos intermediários pagos	1.200.599
Dividendo adicional proposto	100.775
Total dos dividendos pagos e proposto	1.301.374

e) Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica é reconhecido, principalmente, o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f) Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Numerador				
Lucro líquido disponível para acionistas controladores	1.339.571	1.165.874	1.350.991	1.177.284
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	1765587,2	1765587,2	1765587,2	1765587,2
Lucro por ação - básico e diluído	0,758711323	0,660332155	0,765179426	0,666794594

g) Ágio em transação de capital

Em 1º de novembro e 1º de dezembro de 2012, a CCR aumentou o capital social da controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 95% para 98,5714%, pois não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada, resultando em diluição do capital. O capital foi aumentado com capitalização em dinheiro e com mútuos em aberto com a CCR, nos montantes de R\$ 72.000 e R\$ 428.000, respectivamente.

De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações consolidadas, quando há a aquisição complementar de ações, de uma empresa que já é controlada, o registro contábil do ágio gerado na aquisição complementar, deve ser feito à rubrica “Ágio em transação de capital”, no patrimônio líquido individual e consolidado.

27. Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Receitas de pedágio	-	-	5.380.909	4.932.197
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	810.038	464.591
Receitas administrativas e de operação de rodovias	128.777	149.976	28.365	13.283
Receitas aeroportuárias	-	-	52.136	-
Receitas acessórias	-	-	94.260	90.432
Receitas aquaviárias	-	-	142.190	68.159
Receita bruta	128.777	149.976	6.507.898	5.568.662
Impostos sobre receitas	(12.337)	(13.106)	(489.100)	(443.997)
Devoluções e abatimentos	-	-	(2.240)	(1.113)
Deduções da receita bruta	(12.337)	(13.106)	(491.340)	(445.110)
Receita líquida	116.440	136.870	6.016.558	5.123.552

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(52.965)	(30.308)	(622.815)	(615.373)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.885)	(7.937)	(22.590)	(21.893)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(55.001)	(39.752)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	-	(5.308)	(5.179)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(6.529)	(4.468)
Perda com operações de derivativos	(19.551)	-	(75.852)	(42.820)
Juros sobre impostos parcelados	(2)	(6)	(28.007)	(34.409)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(39.093)	(49.386)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	44.736	39.620
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	-	(9.686)	(20.341)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.139)	(5.147)	(58.412)	(52.315)
	(80.542)	(43.398)	(878.557)	(846.316)
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	25.095	23.756
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	129	239
Juros e variações monetárias sobre mútuos	58.634	94.311	16.535	11.444
Ganho com operações de derivativos	7.563	8.319	63.053	48.096
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	-	42.169	29.920
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.261	35.472	80.812	80.367
Juros e outras receitas financeiras	7.696	8.733	17.800	18.742
	96.154	146.835	245.593	212.564
Resultado financeiro líquido	15.612	103.437	(632.964)	(633.752)

29. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vincendos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	2013			2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	410.282	-	-	243.779	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	4.483	-	-	12.162	-
Mútuos - partes relacionadas	-	666.014	-	-	685.314	-
Contas a receber com operações de derivativos	11.697	-	-	22.892	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(154)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	-	(797.915)	-	-	(542.084)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(7.512)	-	-	(5.302)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.531)	-	-	(1.586)
Plano de incentivo de longo prazo	(25.982)	-	-	(27.805)	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
	<u>395.997</u>	<u>670.497</u>	<u>(808.874)</u>	<u>238.866</u>	<u>697.476</u>	<u>(551.042)</u>

	Consolidado								
	2013			2012			1º/01/2012		
	Valor justo através do resultado (a)	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos									
Aplicações financeiras	1.225.769	-	-	566.722	-	-	655.901	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	698	-	-	667	-	-	638	-	-
Contas a receber	-	68.113	-	-	51.011	-	-	23.099	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	292.172	-	-	264.947	-	-	282.906	-
Mútuos - partes relacionadas	-	258.794	-	-	287.643	-	-	30.673	-
Contas a receber com operações de derivativos	13.371	-	-	56.230	-	-	30.900	-	-
Passivos									
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(128.444)	-	-	(227.563)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(1.286)	-	-	(5.704)	-	-	(12.303)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(177.157)	-	-	(243.246)	-	-	(313.273)
Empréstimos em moeda estrangeira	(177.711)	-	-	(191.260)	-	-	(172.293)	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(1.652)	-	-	(1.673)
Debêntures e notas promissórias (a)	(565.921)	-	(7.339.533)	-	-	(6.700.094)	-	-	(5.794.926)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(422.662)	-	-	(367.551)	-	-	(392.630)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(66.513)	-	-	(58.898)	-	-	(45.437)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(76.834)	-	-	(59.331)	-	-	(37.988)
Plano de incentivo de longo prazo	(25.982)	-	-	(27.805)	-	-	(17.403)	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Contas a pagar com operações de derivativos	(19.359)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>450.865</u>	<u>619.079</u>	<u>(8.085.901)</u>	<u>404.554</u>	<u>603.601</u>	<u>(7.566.836)</u>	<u>497.743</u>	<u>336.678</u>	<u>(6.827.709)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Plano de incentivo de longo prazo** - Os valores justos são determinados com base no modelo Black-Scholes-Merton. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A ViaLagos e a RodoNorte contrataram operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 134.382 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 190.950 em 31 de dezembro de 2012). Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 18.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Empréstimos em moeda nacional e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado					
	2013		2012		2013		2012		1º/01/2012	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	128.444	128.664	227.563	234.335
Debêntures e notas promissórias	798.721	809.387	542.331	550.957	7.353.127	7.419.473	6.717.122	6.823.074	5.809.936	5.961.709

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A AutoBAN emitiu debêntures da 2ª série, da 4ª emissão, remuneradas a 2,71% ao ano

sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 88,95% do CDI. Além disso, emitiu debêntures da 5ª emissão, remuneradas a 4,88% ao ano, sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 98% do CDI.

A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 596.618 em 31 de dezembro de 2013. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 19.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)	1º/01/2012 (Reapresentado)
Aplicações financeiras e conta reserva	410.282	243.779	1.226.467	567.389	656.539
Derivativos	11.697	22.892	(5.988)	56.230	30.900
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(177.711)	(191.260)	(172.293)
Debêntures	-	-	(565.921)	-	-
Plano de incentivo de longo prazo	(25.982)	(27.805)	(25.982)	(27.805)	(17.403)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A CCR contratou operações de *swap* visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação relativos à sua 5ª emissão de debêntures.

A ViaLagos contratou operações de *swap* visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

A AutoBAN contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão.

O Metrô Bahia contratou opção de compra para a proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

A CAP realizou operações de *swap*, visando mitigar riscos de taxas de juros flutuantes (libor), trocando-os por taxas fixas.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nocional) (1)				Valor justo			Valores brutos liquidados		Efeito acumulado				Resultado			
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local			Moeda local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda)	
				2013	2012	2013	2012	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
OPÇÕES DE COMPRA																				
Metrô Bahia																				
1	Posição ativa	BTG Pactual	29/11/2013	07/01/2014	USD	162.000	-	379.501	-	1.676	-	-	(16)	-	1.676	-	(16)	-	1.660	
	Posição passiva				USD c/ "Cap" de R\$ 2,3550															
SWAP																				
CCR																				
1	Posição ativa	CitiBank	23/04/2010	01/08/2014	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	13.333	26.667	16.745	33.809	47.137	3.025	615	2.797	6.097	-	-	(275)	2.219
	Posição passiva				109,65 % do CDI					(13.948)	(27.712)	(42.644)								
2	Posição ativa	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	10.000	20.000	12.560	25.356	35.354	2.271	463	2.099	4.573	-	-	(203)	1.662
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(10.461)	(20.783)	(31.980)								
3	Posição ativa	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	13.333	13.333	8.373	16.904	23.569	1.529	343	1.410	3.071	-	-	(132)	1.101
	Posição passiva				108 % do CDI					(6.963)	(13.833)	(21.256)								
4	Posição ativa	HSBC	23/04/2010	01/08/2014	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	10.000	10.000	12.545	25.327	35.313	2.255	475	2.084	4.544	-	-	(205)	1.687
	Posição passiva				109,6 % do CDI					(10.461)	(20.783)	(31.980)								
5	Posição ativa	Merryl Lynch	28/04/2010	01/08/2014	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	10.000	10.000	12.560	25.356	35.354	2.294	515	2.115	4.607	-	-	(198)	1.654
	Posição passiva				108 % do CDI					(10.445)	(20.749)	(31.885)								
6	Posição ativa	HSBC	04/02/2013	01/08/2014	109,08% do CDI	-	-	51.948	-	54.321	-	-	(91)	-	1.190	-	(91)	-	1.099	-
	Posição passiva				8,247% Pré					(53.131)	-	-								
7	Posição ativa	Merryl Lynch	15/08/2013	17/08/2015 (2)	USD + Libor 3M + 1,40%	56.980	-	133.481	-	133.592	-	-	(2.541)	-	-	-	77	-	(2.618)	-
	Posição passiva				109,95 % do CDI					(133.669)	-	-								
AutoB An																				
8	Posição ativa	Merryl Lynch	28/05/2013	16/10/2017 (3)	IPCA + 2,71%	-	-	141.170	-	131.566	-	-	(2.454)	-	-	-	6.249	-	(8.703)	-
	Posição passiva				88,95% do CDI					(137.815)	-	-								
9	Posição ativa	Itaú	17/10/2013	15/10/2018 (3)	IPCA + 4,88%	-	-	450.000	-	443.679	-	-	-	-	-	-	10.467	-	(10.467)	-
	Posição passiva				98% do CDI					(454.146)	-	-								
CAP																				
10	Posição ativa	DVB Bank AG	28/06/2005	31/12/2014 (4)	USD Libor	4.286	-	10.040	-	85	-	-	-	-	-	-	872	-	(48)	-
	Posição passiva				4,25% a.a.					(957)	-	-								
11	Posição ativa	DVB Bank AG	28/01/2004	31/12/2014 (4)	USD Libor	2.857	-	6.693	-	56	-	-	-	-	-	-	590	-	(37)	-
	Posição passiva				4,3% a.a.					(646)	-	-								
12	Posição ativa	DVB Bank AG	02/08/2006	31/12/2018 (4)	USD Libor	1.667	-	3.905	-	258	-	-	-	-	-	-	1.104	-	(57)	-
	Posição passiva				5,51% a.a.					(1.362)	-	-								
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2013						1.233.404	80.000	(5.988)	22.892	16.982	6.272	2.411	13.371	22.892	19.252	-	(20.184)	8.323		
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE OS ANOS DE 2012 e 2013									-	33.338	13.918	40.723	(9.581)	20.190	19.616	(15.272)	(4.869)	7.385	(3.047)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES								(5.988)	56.230	30.900	46.995	(7.170)	33.561	42.508	3.980	(4.869)	(12.799)	5.276		

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos trimestrais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até o vencimento final.
- (3) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.
- (4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2013	2012
		(Reapresentado)
Riscos cambiais	(13.173)	(3.047)
Riscos de juros	374	8.323
Total	(12.799)	5.276

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Metrô Bahia						
Compromissos em Dólar	Janeiro de 2014	379.501	Aumento da cotação do USD	-	(92.867)	(187.742)
Hedge (opções) de Fluxo de Caixa Futuro (2)	Janeiro de 2014		Diminuição da cotação do USD	-	92.867	187.742
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
ViaLagos						
4131 em USD	Agosto de 2015	132.907	Aumento da cotação do USD	-	(33.436)	(66.871)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2015	(134.428)	Diminuição da cotação do USD	-	33.607	67.214
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	171	343
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	171	343
Moedas em 31/12/2013:						
		Dólar		2,3426	2,9283	3,5139
		Euro		3,2265	4,0331	4,8398

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) Existe contrato de opção (*cap*) para proteger o aumento do Dólar, cujo preço de exercício é 2,355. As opções de compra somente geram efeitos se o Dólar estiver acima do preço de exercício.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (7)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Passivos Financeiros							
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	65.653	(4.971)	(5.504)	(6.034)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	(65.653)	4.971	5.504	6.034
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	CCR	52.019	(3.156)	(3.929)	(4.696)
Swap CDI x PRE (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Agosto de 2014	CCR	(54.051)	3.280	4.083	4.879
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2016	CCR	528.950	(54.617)	(68.313)	(82.026)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	CCR	102.054	(10.696)	(13.380)	(16.069)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2016	CCR	102.064	(10.755)	(13.456)	(16.159)
Efeito líquido					(75.944)	(94.995)	(114.071)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	AutoBAn	28.204	(3.107)	(3.194)	(3.280)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAn	443.678	(49.291)	(55.974)	(62.658)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	AutoBAn	131.568	(12.232)	(14.300)	(16.369)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAn	(443.678)	61.522	70.274	79.027
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	AutoBAn	601.765	(56.241)	(70.269)	(84.286)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	AutoBAn	968.899	(104.053)	(130.205)	(156.411)
Efeito líquido					(163.401)	(203.668)	(243.977)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	44.804	(1.123)	(1.155)	(1.186)
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2014	Curaçao	(17.394)	61	77	92
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2014	Curaçao	(11.596)	41	51	61
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	(6.764)	24	30	36
Efeito líquido					(997)	(997)	(997)
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2017	ViaOeste	623.118	(66.466)	(83.165)	(99.896)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	ViaOeste	66.533	(7.249)	(9.072)	(10.900)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	RodoAnel Oeste	507.580	(17.306)	(21.477)	(25.590)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	RodoAnel Oeste	558.476	(61.134)	(76.517)	(91.939)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	RodoAnel Oeste	761.662	(84.168)	(105.359)	(126.606)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	115.714	(13.209)	(16.541)	(19.885)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	121.591	(12.730)	(15.926)	(19.125)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	NovaDutra	234.936	(24.404)	(30.525)	(36.656)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	NovaDutra	174.519	(19.013)	(23.796)	(28.591)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	NovaDutra	116.383	(12.922)	(16.176)	(19.438)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	SPVias	1.225.470	(128.400)	(161.258)	(192.901)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	NovaDutra	132.322	(3.889)	(4.823)	(5.744)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	NovaDutra	233.955	(7.002)	(8.686)	(10.344)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	Barcas	194.107	(4.552)	(5.645)	(6.723)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	Samm	81.482	(5.856)	(7.299)	(8.733)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Março de 2014	CPC	205.278	(4.269)	(5.290)	(6.294)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Outubro de 2014	ViaOeste	204.177	(15.722)	(19.607)	(23.475)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (6)	Agosto de 2015	ViaLagos	132.907	(2.232)	(2.316)	(2.399)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2015	ViaLagos	131.576	(14.260)	(17.846)	(21.440)
Total do efeito de ganho ou (perda)					(745.125)	(930.985)	(1.115.724)
As taxas de juros consideradas foram (1):							
	CDI (2)				9,77%	12,21%	14,66%
	IGP-M (3)				5,51%	6,89%	8,27%
	IPC-A (4)				5,51%	6,89%	8,27%
	LIBOR 6 meses (5)				0,3480%	0,4350%	0,5220%
	LIBOR 3 meses (6)				0,2461%	0,3076%	0,3692%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima;
- (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Refere-se às taxas libor de 6 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2013;
- (6) Refere-se às taxas libor de 3 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2013;
- (7) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo

Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

30. Cobertura de seguros

O Grupo CCR adota política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia e suas controladas, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – de R\$ 10.000 a R\$ 91.400;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – de R\$ 7.942 a R\$ 25.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – de R\$ 3.626 a R\$ 121.514;
- Riscos patrimoniais / operacionais – de R\$ 7.000 a R\$ 500.000;
- Perda de receita – de R\$ 8.006 a R\$ 335.534.

31. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A ViaOeste e a SPVias mantêm contas poupança no montante de R\$ 698 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 667 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 638 em 1º de janeiro de 2012), para garantia de realização de compensação ambiental.

32. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor Nominal			Valor Presente		
	2013	2012	1º/01/2012	2013	2012	1º/01/2012
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
AutoBAn	1.188.399	1.366.390	1.582.064	1.043.237	1.200.636	1.358.213
ViaOeste	232.367	271.271	315.878	204.785	239.293	272.230
	<u>1.420.766</u>	<u>1.637.661</u>	<u>1.897.942</u>	<u>1.248.022</u>	<u>1.439.929</u>	<u>1.630.443</u>

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2013, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2014	330.014	313.692
2015	330.014	298.753
2016	330.014	284.527
2017	330.014	270.979
2018	100.710	80.071
	<u>1.420.766</u>	<u>1.248.022</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2013, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 286.927 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 228.884 no exercício de 2012).

A AutoBAN está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável - AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho a setembro e de novembro a dezembro de 2013, período no qual a alíquota foi de 1,5%, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa 15c – subitem “i”).

No decorrer do exercício de 2013, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 110.637 referente ao direito de outorga variável (R\$ 123.054 no exercício de 2012).

b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	2013	2012	1º/01/2012
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
AutoBAN	474.641	876.616	1.079.719
Metrô Bahia (a)	981.598	-	-
NovaDutra	450.921	617.018	624.006
Ponte	35.834	43.606	47.314
RodoAnel Oeste	330.787	351.123	378.385
RodoNorte	1.250.802	1.233.939	1.233.018
SPVias	616.171	691.651	764.238
ViaLagos	114.598	135.064	147.104
ViaOeste	488.746	520.663	569.071
	4.744.098	4.469.680	4.842.855

(a) Refere-se ao investimento total a ser realizado conforme estabelecido no contrato de concessão, no montante R\$ 3.941.960, diminuído dos gastos realizados, do total dos aportes e da contraprestação pecuniária, nos montantes de R\$ 8.209, R\$ 1.990.798 e R\$ 961.356, respectivamente.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

c. Outorga Variável e Obras a executar

	2013	2012	1º/01/2012
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Outorga variável (a)	3.785	6.907	6.673
Outorga variável - SPVias (b)	784	21.951	21.558
	<u>4.569</u>	<u>28.858</u>	<u>28.231</u>
Não circulante			
Obras a executar - SPVias (b)	-	-	20.341
Obras a executar - ViaOeste (c)	5.774	6.862	8.822
	<u>5.774</u>	<u>6.862</u>	<u>29.163</u>

(a) Refere-se à outorga variável ordinária.

(b) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para pagamento nos anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

(c) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.

33. Plano de previdência privada

a. Contribuição definida

Os montantes reconhecidos como despesas em 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Plano de previdência privada (contribuição definida)	1.981	1.592	6.904	5.397

b. Benefício definido

A controlada CAI, mantém os seguintes planos de suplementação de aposentadoria para seus colaboradores com as seguintes características:

Aposentadoria antecipada voluntária

A legislação trabalhista das Antilhas Holandesas permite que empregados solicitem a aposentadoria a partir dos 55 anos de idade. O passivo atuarial compreendido entre o período de 55 a 60 anos de idade deve ser reconhecido pelo empregador.

O cálculo atuarial para o benefício da aposentadoria antecipada voluntária, para os empregados participantes do plano de suplementação de aposentadoria, é baseado na regulamentação e em premissas de acordo com a experiência. A provisão para aposentadoria antecipada voluntária é constituída apenas para os empregados participantes do plano de suplementação de aposentadoria.

Com base no acordo coletivo da controlada CAI, os empregados possuem a opção de se aposentarem aos 55 anos, contanto que atendam a certas condições, como vínculo de trabalho com a controlada CAI por pelo menos 20 anos, com início antes de 1º de janeiro de 1996. Nesses casos, a obrigação resultante será reconhecida como uma provisão no balanço da controlada CAI.

Os valores atuariais reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, são demonstrados como segue:

	<u>2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial	30

A.P.N.A. – Plano nacional de suplementação de aposentadoria

Em 1943, o Governo das Antilhas Holandesas garantiu aos empregados uma pensão que totaliza 70% da média salarial recebida por cada empregado durante 24 meses anteriores à aposentadoria. Consequentemente, o Governo deveria pagar a diferença entre o valor da pensão garantida e o valor da pensão calculada com base no plano de suplementação de aposentadoria. Por força de decreto assinado em 12 de julho de 1995, ficou determinado que a controlada CAI deveria assumir a diferença mencionada anteriormente.

Os valores atuariais reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, são demonstrados como segue:

	<u>2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial	4.842

TRADICUR – plano de aposentadoria

Existem dois tipos de planos de pensão para os funcionários da controlada CAI. Muitos ex-funcionários optaram por manter o plano de pensão do Governo (A.P.N.A.), enquanto alguns funcionários optaram pelo TRADICUR, um plano de aposentadoria administrado por um fundo de pensão especialmente organizado para funcionários do ramo de aeroportos. O plano é estruturado na modalidade “benefício definido”.

Os valores atuariais reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, são demonstrados como segue:

	<u>2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial	33.126
Ajuste a valor justo dos ativos do plano	<u>(30.847)</u>
Passivo líquido total	<u><u>2.279</u></u>

Premissas dos cálculos atuariais

As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais para determinação das provisões relacionadas ao plano de suplementação de aposentadoria e aposentadoria voluntária são:

	2013
Taxa de desconto	4,50%
Retorno esperado dos ativos do plano	4,50%
Futuros aumentos salariais	1,50%
Futuras indexações das pensões	0,50%
Mortalidade: masculina e feminina	GBM 2000 - 2005, -1
Correção de idade	Menos 1 ano para homens e mulheres
Diferença da idade do cônjuge	No sexo masculino são três anos a mais que no feminino
Participantes com cônjuge	100%

34. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Em complemento às demonstrações dos fluxos de caixa consolidado destas demonstrações financeiras, apresentamos abertura das informações relativas aos ativos adquiridos e dos passivos assumidos decorrentes de aquisições:

	Aeroporto Internacional de Curaçao (a)	Barcas (b)
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	18.367	1.379
Contas a receber de clientes	7.703	17.776
Contas a receber - partes relacionadas	665	902
Estoques	-	1.998
Impostos e contribuições a recuperar	-	49.705
Despesas antecipadas e outros	4.131	18.649
Imobilizado	-	15.438
Intangível	98.080	175.224
Empréstimos e financiamentos	(48.208)	(106.258)
Fornecedores e outras contas a pagar	(17.888)	(48.237)
Fornecedores - partes relacionadas	(664)	(1.009)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(12.257)	(27.364)
Total de ativos líquidos identificáveis	49.929	98.203
Contraprestação transferida	34.004	72.457
Caixa da investida	(18.367)	(1.379)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da investida	15.637	71.078

(a) Aquisição de controle da CAP, em 12 de junho de 2013.

(b) Aquisição de controle da Barcas, em 02 de julho de 2012.

- b. Reclassificação de aquisição de intangível para fornecedores – partes relacionadas no valor de R\$ 19.494 em 2013 (R\$ 45.561 em 2012).

35. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures – CPC

Em 5 de fevereiro de 2014, foram emitidas 56.000 debêntures simples, da 2ª emissão, sendo 34.500 debêntures de primeira série e 21.500 debêntures de segunda série, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos (CVM 476), no valor nominal total de R\$ 560.000 e remuneradas a 106% do CDI. Os juros e o principal serão pagos em 03 de fevereiro de 2015.